JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Assinado de forma digital por JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Dados: 2024.04.12 06:42:41 -03'00'

Diário do Acionista

ANO VIII • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Sexta-feira, 12 de abril de 2024 • Nº 1782 • R$ 1,00

www.diariodoacionista.com.br

Cardeal Tempesta

"A Paz esteja convosco" (Lc 24, 36)

PÁGINA 8

IBGE

Vendas no varejo crescem 1% em fevereiro e batem recorde

O volume de vendas do comércio varejista cresceu 1% no país, em fevereiro deste ano, na comparação com o mês anterior. Essa é a segunda alta consecutiva do setor, que havia apresentado crescimento de 2,8% em janeiro. Com o resultado o setor atingiu o maior patamar da série histórica, iniciada em janeiro de 2000, superando o recorde anterior, de outubro de 2020. Segundo a Pesquisa Mensal do Comércio (PMC), divulgada ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o varejo cresceu 8,2% na comparação com fevereiro de 2023, 6,1% no acumulado do ano e 2,3% ao longo de 12 meses. PÁGINA 2

PRESOS

Lula sanciona, com veto, projeto que barra saidinha

O presidente Lula sancionou, com veto, ontem, o projeto de lei (PL) que acaba com as saídas temporárias de presos em feriados e datas comemorativas. A informação foi confirmada pelo Ministério da Justiça. O presidente vetou apenas o trecho que impedia a saída temporária para presos que querem visitar suas famílias. A saidinha, como é conhecido o benefício, vale para detentos que já estão em regime semiaberto. Lula manteve a parte do texto que proíbe a saída para condenados por crimes hediondos e violentos, como estupro, homicídio e tráfico de drogas. Pela legislação, presos que estão no semiaberto, que já cumpriram um sexto do total da pena e que possuem bom comportamento podem deixar presídio por cinco dias para visitar a família em feriados, estudar fora ou participar de atividades de ressocialização. Antes de ser sancionado pela presidência da República, o projeto foi aprovado pela Câmara dos Deputados e pelo Senado. A parte da lei que foi vetada será reavaliada pelo Congresso, que poderá derrubar o veto do presidente. De acordo com o ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, o número de presos em regime semiaberto é de cerca de 118 mil. PÁGINA 9

DISTRITO FEDERAL

VALTER CAMPANATO/ABRASIL

Favela Sol Nascente, no DF, vai receber Instituto Federal

"No ano que vem, eu quero estar aqui no Sol Nascente (DF) para fazer a aula inaugural do novo Instituto Federal de Brasília". Enquanto o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (**foto**) discursava, ontem, ao lançar a pedra fundamental da nova unidade educacional, Leticia Souza, de 14 anos, tinha no colo a filha, de seis meses. A adolescente estava na ponta dos pés para enxergar o que as autoridades falavam e avaliava se poderia sonhar. Os pés, aliás, que estão, segundo ela, já cansados e calejados de andar de sandálias diariamente por quase uma hora para ir à escola. "Nunca morei perto de onde estudo. Só tenho vontade mesmo de ir além da sétima série. Mas, já pensei em desistir". Letícia disse que concordou com o presidente quando ele disse que ter uma profissão pode ser a diferença para o futuro. PÁGINA 9

040

Consórcio de MG vence leilão de relicitação de BR

O Consórcio Infraestrutura MG venceu o leilão de relicitação da BR-040, no trecho que liga Belo Horizonte a Juiz de Fora, em Minas Gerais. O leilão foi realizado na tarde de ontem na sede da B3, em São Paulo, e contou com a presença do ministro dos Transportes, Renan Filho. O consórcio ofereceu o maior valor de desconto para o pedágio, com a proposta de desconto de 11,21% sobre a tarifa base. PÁGINA 7

CÂMARA

LULA MARQUES/ABRASIL

Lira chama Padilha de desafeto pessoal e incompetente

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL) (**foto**), chamou o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, de "desafeto pessoal" e "incompetente", após uma polêmica sobre a prisão do deputado Chiquinho Brazão, que foi mantida na quarta-feira passada, pelo plenário da Casa. "É lamentável que integrantes do governo interessados na estabilidade da relação harmônica entre os Poderes fiquem plantando essas mentiras", disse Lira. PÁGINA 9

INDICADORES

IBOVESPA: -0,51% / 127.396,35 / -657,39 / Volume: R$ 19.613.195.615 / Negócios: 3.433.877

Maiores Altas	Preço	%	Oscil.
3R PETROLEUMON NM	36.260	+2.57	+0.910
ALPARGATAS PN N1	9.36	+2.07	+0.19
CASAS BAHIA ON NM	7.010	+1.59	+0.110
LOJAS RENNERON NM	16.69	+1.95	+0.32
MULTIPLAN ON EJ N2	25.31	+1.32	+0.33

Maiores Baixas	Preço	%	Oscil.
CVC BRASIL ON NM	2.36	–4.07	–0.10
ELETROBRAS ON N1	38.84	–4.62	–1.88
ELETROBRAS PNB N1	43.64	–4.40	–2.01
RAIZEN PN N2	3.130	–4.57	–0.150
SLC AGRICOLAON NM	18.79	–4.18	–0.82

Mais Negociadas	Preço	%	Oscil.
PETROBRAS PN N2	39.30	–0.73	–0.29
VALE ON NM	61.86	+0.42	+0.26
ELETROBRAS ON N1	38.84	–4.62	–1.88
ITAUUNIBANCOPN N1	32.80	–0.18	–0.06
B3 ON NM	11.98	+0.17	+0.02

Bolsas no mundo	Fechamento	%
Dow Jones	38.459,08	-0,01
NASDAQ Composite	16.442,197	+1,68
CAC 40	8.023,74	-0,27
FTSE 100	7.923,8	-0,47
DAX	17.954,48	-0,78
Ftse Mib	34.343,61	+0,00

Salário mínimo	R$ 1.412,00	**IGP-M**	-0,47% (mar.)	**EURO turismo**	
Ufir	R$ 4,3329	**IPCA**	0,16% (mar.)	Compra: 5,5163	Venda: 5,6963
Taxa Selic		**CDI**		**DÓLAR Ptax - BC**	
(01/02)	11,25%	(01/02)	11,15%	Compra: 5,0765	+0,22%
Poupança 3		**OURO**		**DÓLAR comercial**	
(12/04)	0,6136%	BM&F/grama	R$ 391,86	Compra: 5,0894	Venda: 5,0900
TR		**EURO Comercial**		**DÓLAR turismo**	
(12/04)	0,1130%	Compra: 5,4596	Venda: 5,4602	Compra: 5,1177	Venda: 5,2977

Economia

MERCADOS

Na contramão de NY, Bovespa cai 0,51%, aos 127,3 mil pontos

LUÍS EDUARDO LEAL/AE

Desconectado do sinal que prevaleceu em Nova York para S&P 500 (+0,74%) e Nasdaq (+1,68%, em nível recorde de fechamento), a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) cedeu 0,51%, aos 127.396,35 pontos, em dia de variações contidas para as ações e os setores de maior peso na B3. Entre o piso e o teto da sessão, o índice oscilou dos 127 069,43 aos 128.051,34, na máxima que correspondeu, assim como ontem, ao nível da abertura. O giro permaneceu moderado ontem, a R$ 19,5 bilhões. Mesmo com perdas nas duas últimas sessões, o Ibovespa (Índice Bovespa) ainda avança 0,47% na semana, após a boa largada na segunda e terça-feira, quando tinha subido 1,63% e 0,8%, pela ordem. No mês, acumula perda de 0,55% e, no ano, cede agora 5,06%.

Os movimentos nas ações e nos setores de maior peso e liquidez foram relativamente discretos ontem na Bolsa- exceção para Eletrobras (ON -4,62%, PNB -4,4%), refletindo aumento da percepção de risco político e regulatório para a ex-estatal.

Os grandes bancos, por sua vez, fecharam o dia sem direção única, com BB ON e Unit do Santander avançando 0,24% e 0,66%, respectivamente. Petrobras (ON -0,9%, na mínima do dia no fechamento; PN -0,73%) e Vale (ON +0,42%). Na ponta ganhadora do Ibovespa, destaque para 3R Petroleum (+2,57%), Alpargatas (+2,07%) e Lojas Renner (+1,95%). No lado oposto, Raízen (-4,57%) e SLC Agrícola (-4,18%), além das duas ações de Eletrobras.

DÓLAR

Apesar da perda de fôlego da moeda americana no exterior à tarde, inclusive em relação a algumas divisas emergentes pares do real, o dólar não encontrou espaço para recuar no mercado doméstico de câmbio. Após máxima a R$ 5,0916, a moeda encerrou em alta de 0,24%, cotada a R$ 5,0906 - maior valor de fechamento desde 9 de outubro (R$ 5,13).

IBGE

Varejo cresce 1% em fevereiro e alcança patamar recorde

VITOR ABDALA/ABRASIL

O volume de vendas do comércio varejista cresceu 1% no país, em fevereiro deste ano, na comparação com o mês anterior. Essa é a segunda alta consecutiva do setor, que havia apresentado crescimento de 2,8% em janeiro.

Com o resultado o setor atingiu o maior patamar da série histórica, iniciada em janeiro de 2000, superando o recorde anterior, de outubro de 2020.

Segundo a Pesquisa Mensal do Comércio (PMC), divulgada ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o varejo cresceu 8,2% na comparação com fevereiro de 2023, 6,1% no acumulado do ano e 2,3% ao longo de 12 meses.

Na comparação com janeiro deste ano, seis das oito atividades do varejo cresceram: artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria (9,9%), outros artigos de uso pessoal e doméstico (4,8%), livros, jornais, revistas e papelaria (3,2%), móveis e eletrodomésticos (1,2%), equipamentos e material para escritório informática e comunicação (0,5%) e tecidos, vestuário e calçados (0,3%).

Segundo o pesquisador do IBGE Cristiano dos Santos, o crescimento do varejo em fevereiro foi puxado principalmente por duas atividades que não tiveram bom desempenho em 2023. Uma delas foi o segmento de artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria.

"O crescimento de quase dois dígitos (9,9%) se dá mais pelos produtos farmacêuticos, porque a parte de cosméticos e produtos de beleza ficou mais estável. Tiveram alguns fenômenos que contribuíram [para o crescimento], regionalmente, como um aumento grande de procura por repelentes, por conta da questão da dengue".

A outra atividade que impulsionou o varejo em fevereiro foi o segmento de outros artigos de uso pessoal e doméstico. "Aí o maior peso vem das lojas de departamentos. A gente teve [no passado] toda aquela questão da crise, com fechamento de lojas físicas de grandes marcas. E isso vem se recuperando, já com um segundo mês de alta. Mesmo antes dessa recuperação de janeiro e fevereiro, já estava crescendo o número de lojas físicas novamente", explica Santos.

As duas atividades com queda foram combustíveis e lubrificantes (-2,7%) e hiper, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (-0,2%).

A receita nominal também cresceu: 1,2% na comparação com janeiro deste ano, 10,9% em relação a fevereiro do ano passado, 8,2% no acumulado do ano e 3,6% ao longo de 12 meses.

VAREJO AMPLIADO

O varejo ampliado, que inclui materiais de construção e venda de veículos e peças, cresceu 1,2% na passagem de janeiro para fevereiro. O comércio de veículos, motos, partes e peças cresceu 3,9% no período, enquanto os materiais de construção recuaram 0,2%.

Na comparação com fevereiro do ano passado, o varejo ampliado cresceu 9,7%. O setor também apresenta altas no acumulado do ano (8,2%) e acumulado de 12 meses (3,6%). A receita nominal avançou 1,6% na comparação com janeiro, 11,9% em relação a fevereiro de 2023, 10,1% no acumulado do ano e 5,7% ao longo dos 12 meses.

TRIBUTOS

Governo retirará urgência de PL da reoneração da folha

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

Sem acordo com o Congresso, o governo retirará do regime de urgência o projeto de lei sobre a reoneração da folha de pagamentos de 17 setores da economia, confirmou na quarta-feira à noite o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Ele deu a informação horas depois de se reunir com a relatora do texto na Câmara, deputada Any Ortiz (Cidadania-RS).

Uma eventual demora na discussão pode fazer o governo perder pelo menos R$ 12 bilhões em receitas neste ano, segundo estimativas apresentadas por Haddad em janeiro. No fim de dezembro, o governo tinha editado medida provisória para revogar projeto de lei aprovado pelo Congresso e reonerar a folha de pagamento para 17 setores da economia.

No início de fevereiro, o governo aceitou a conversão de parte da medida provisória em projeto de lei, após reunião com líderes de partidos da base aliada no Senado.

Haddad não mencionou um cronograma de discussão de projetos nem impactos fiscais caso a desoneração seja prorrogada até 2027. Ao sair do ministério, horas antes, a deputada Any Ortiz apenas informou que o governo tinha se comprometido em retirar a urgência para dar mais tempo ao Congresso de negociar o assunto.

"Nós conversamos sobre a retirada da urgência por parte do governo, para que a gente possa, então, ter um período maior e melhor de discussão a respeito dessa possibilidade que o governo quer de reonerar. Eu acredito que o governo, nas próximas horas, estará retirando a urgência desse projeto", declarou a relatora.

A deputada também informou que pretende manter, no relatório, a prorrogação da desoneração até o fim de 2027, com uma recomposição de alíquotas a partir de 2028. Sem a urgência, a discussão pode levar meses, sem prazo definido de negociação e de votação. "Não tem um prazo colocado. O governo retirando a urgência não tem por que a gente apresentar um relatório", acrescentou a parlamentar.

Antes da medida provisória editada no fim do ano passado, o governo tinha vetado o projeto de lei que estendeu a desoneração para os 17 setores da economia até 2027. O Congresso, no entanto, derrubou o veto.

IMPACTO

Em relação ao impacto fiscal, a deputada disse apenas que o governo não conta mais com as receitas da reoneração da folha para este ano. No fim de março, o Ministério do Planejamento e Orçamento informou que, da medida provisória original, a equipe econômica mantém na estimativa de receitas apenas R$ 24 bilhões da limitação de compensações tributárias e cerca de R$ 6 bilhões do programa de ajuda a empresas do setor de eventos afetadas pela pandemia.

A MP 1.202 sofreu mais uma desidratação na semana passada, quando o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, deixou caducar um trecho que extinguia a redução, de 20% para 8%, da contribuição ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) de pequenas prefeituras. A decisão fará o governo deixar de arrecadar cerca de R$ 10 bilhões neste ano.

IPEA

Governo Central deve atingir superávit de R$ 1,3 bi em março

DANIELA AMORIM/AE

O Governo Central deve ter superávit primário de R$ 1,3 bilhão em março, aponta o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). As projeções do órgão indicam que a receita líquida atingiu R$ 166,5 bilhões no mês, um crescimento de 10,1% em relação a março de 2023, já descontada a inflação do período. A despesa projetada totalizou R$ 165,2 bilhões em março de 2024, avanço de 4,2% em relação a março de 2023.

Conforme as estimativas do Ipea, em março, a receita total do Governo Central cresceu 10% ante março do ano passado, descontada a inflação, para R$ 201,5 bilhões.

"Isso se deu em função do bom desempenho da arrecadação, tanto das receitas administradas pela Receita Federal do Brasil (RFB), com expansão de 11,2%, como das não administradas pela RFB, com aumento de arrecadação de 9,4%, sempre em termos reais", apontam os pesquisadores Sergio Ferreira e Felipe Martins, da Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada do Ipea, na Carta de Conjuntura.

As estimativas preliminares, divulgadas ontem, têm como base dados da execução orçamentária registrados no Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi) do governo federal e obtidos por meio do Tesouro Gerencial, que "fornecem boa aproximação com os dados oficiais relativos ao resultado primário que será divulgado posteriormente pela Secretaria do Tesouro Nacional".

No acumulado do primeiro trimestre de 2024, o resultado primário foi de um superávit de R$ 22,9 bilhões, a preços de março, ante um superávit de R$ 33,4 bilhões registrado no mesmo período de 2023, queda de 31,4%.

As receitas tiveram um crescimento real de 9,3% no primeiro trimestre de 2024 ante o mesmo trimestre do ano passado, R$ 57,4 bilhões a mais. No entanto, as despesas aumentaram 12,6%, R$ 58 bilhões a mais, com destaque para o salto de 4.329,4% dos dispêndios com sentenças judiciais e precatórios, de R$ 29,5 bilhões.

COMBUSTÍVEL

ANP autoriza teste de uso de biodiesel 100% em frota marítima fluvial

DENISE LUNA/AE

A diretoria da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) aprovou ontem, pela primeira vez autorização para uso experimental de biodiesel puro, chamado B100, em uma embarcação.

O teste será feito pela empresa Hermasa Navegação da Amazônia, que está restrito a uma viagem específica, com origem e destino definidos, assim como o volume do biocombustível a ser utilizado.

Apesar da atual ausência de regulação específica no Brasil, internacionalmente a Organização Marítima Internacional (IMO) permite o uso de biocombustíveis, estando o biodiesel expressamente previsto.

"Além disso, o manual dos motores do fabricante das embarcações que serão usadas no teste prevê a utilização do biodiesel em seus equipamentos, o que foi determinante para a autorização pela ANP", informou a agência em nota.

Segundo a ANP, a aprovação segue a tendência recente de testes em caminhões e máquinas agrícolas com biodiesel B100, cujos resultados estão sendo acompanhados pela agência.

ANBIMA

Mercado de capitais registra captação recorde no 1º trimestre

BRUNA CAMARGO/AE

O volume total de captações no mercado de capitais doméstico alcançou R$ 130,9 bilhões no primeiro trimestre de 2024, anunciou a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima). Em relação aos primeiros três meses de 2023, em que o volume foi de R$ 68,6 bilhões, houve um salto de aproximadamente 91%. Foi uma captação recorde para o período.

As captações na renda fixa foram dominantes e contribuíram para o resultado total, com volume de R$ 114,1 bilhões no primeiro trimestre, 50% maior do que no mesmo período no ano anterior, de R$ 57,6 bilhões.

Os ativos híbridos também cresceram em captação, para R$ 13,1 bilhões, alta de 45% ante os R$ 7,2 bilhões dos três primeiros meses do ano passado. Desse total, R$ 12,8 bilhões foram de fundos imobiliários (FIIs).

Já na renda variável, a captação ficou em R$ 3,8 bilhões, queda de 3% ante o primeiro trimestre de 2023, com R$ 3,9 bilhões. Houve quatro *follow-ons* e nenhuma oferta pública inicial (IPO, na sigla em inglês) no primeiro trimestre deste ano.

Em março, o mercado de capitais teve captação de R$ 66 bilhões, ante R$ 44,2 bilhões em fevereiro. "Foi um mês muito forte, nos últimos 12 meses só perde para dezembro de 2023 R$ 76,5 bilhões", destaca o presidente do Fórum de Estruturação de Mercado de Capitais da Anbima, Guilherme Maranhão.

Diário do Acionista
www.diariodoacionista.com.br
Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro
Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: (21) 99122-4278-Claro

São Paulo
Rua Olimpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação
CESAR FIGUEIREDO - Diretor | FELIPE SOARES - Diretor
PAULO DETTMANN - Editor Chefe | HAROLDO PAULINO - Diagramação
redacaodiariodoacionista@gmail.com
PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br
REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com
SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil
ANJ Associação Nacional de Jornais
ACESSE NOSSO SITE

SAAM Towage Brasil S.A.

CNPJ/MF nº 05.436.047/0001-16

Balanços patrimoniais (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado (Nota 3.e))	01/01/ 2022 (Reapresentado (Nota 3.e))
Caixa e equivalentes de caixa	5	92.167	215.130	166.009
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	6	116.477	83.014	75.778
Outros ativos não financeiros	9	21.958	6.992	2.814
Estoques	7	26.862	17.209	15.732
Tributos a recuperar	8a	188	946	326
Retenções contratuais	6a	12.092	11.860	3.728
Total do ativo circulante		269.744	335.151	264.387
Contas a receber de partes relacionadas	11	806	868	929
Depósitos vinculados	14a	4.947	4.431	3.989
IRPJ e CSLL a recuperar	8b	610	169	420
Tributos a recuperar	8b	12.641	13.568	12.560
Depósitos judiciais	10	2.871	3.250	3.135
Retenções contratuais	6ª	1.043	1.227	7.088
		22.918	23.513	28.121
Imobilizado	12/17a	1.814.371	969.952	1.013.932
Intangível	13	38.385	41.369	43.342
		1.852.756	1.011.321	1.057.274
Total do ativo não circulante		1.875.674	1.034.834	1.085.395
Total do ativo		2.145.418	1.369.985	1.349.782

Passivo e patrimônio líquido	Nota	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado (Nota 3.e))	01/01/2022 (Reapresentado (Nota 3.e))
Empréstimos e financiamentos	14	579.148	68.781	74.413
Fornecedores	15	47.928	24.044	19.764
IR e contribuição social a pagar	16a	1.167	371	2.853
Tributos a pagar	16a	10.183	8.515	6.675
Salários e férias a pagar		21.057	16.365	15.543
Dividendos a pagar	20e	75.267	66.819	67.591
Passivos de arrendamento	17b	16.537	14.824	16.040
Outros passivos		2.596	906	261
Total do passivo circulante		753.883	200.625	203.140
Financiamentos	14	546.476	267.612	358.311
Passivos de arrendamento	17b	83.655	89.049	3.096
Provisão para riscos trabalhistas	18	1.170	1.827	1.232
Outras Provisões	19	4.270	4.270	-
Contas a pagar para partes relacionadas	11	-	-	5.521
Passivo fiscal diferido	8c	109.842	127.921	146.615
Total do passivo não circulante		745.113	490.679	514.775
Total do passivo		1.499.296	691.304	717.915
Patrimônio líquido	20			
Capital social		127.767	127.767	122.529
Reservas de lucros		237.788	162.320	10.148
Reservas de capital		5.566	5.937	6.308
Dividendos adicionais propostos	20e	75.267	66.819	67.591
Ajustes acumulados de conversão		199.734	315.838	425.291
Total do patrimônio líquido		646.122	678.681	631.867
Total do passivo e patrimônio líquido		2.145.418	1.369.985	1.349.782

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais

	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Dividendos Adicionais propostos	Lucros (prejuízos) acumulados	Ajustes acumulados de conversão	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2022	122.529	6.308	206.403	67.591	-	425.291	828.122
Ajuste de exercícios anteriores - correção de erros (Nota 3.e)	-	-	-	-	(196.255)	-	(196.255)
Saldos de abertura ajustado em 1º de janeiro de 2022	**122.529**	**6.308**	**206.403**	**67.591**	**(196.255)**	**425.291**	**631.867**
Resultado abrangente do exercício							
Lucro líquido do exercício (reapresentado)	-	-	-	-	171.901	(13.789)	158.112
Ajustes acumulados de conversão	-	-	-	-	-	(95.664)	(95.664)
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	171.901	(109.453)	62.448
Diferimento ágio incorporação	-	(371)	-	-	-	-	(371)
Destinação reserva estatutária-AGO 30/04/2022	-	-	135.182	(67.591)	-	-	67.591
Aumento de capital-AGE 01/12/2022	5.238	-	-	-	-	-	5.238
Transferência dividendo adicional proposto-AGE 16/12/2022	-	-	(21.273)	-	-	-	(21.273)
Destinação do lucro líquido do exercício							
Reserva legal	-	-	1.048	-	(1.048)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(66.819)	-	(66.819)
Dividendo adicional proposto	-	-	-	66.819	(66.819)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**127.767**	**5.937**	**321.360**	**66.819**	**(159.040)**	**315.838**	**678.681**
Resultado abrangente do exercício							
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	150.534	631	151.165
Ajustes acumulados de conversão	-	-	-	-	-	(93.223)	(93.223)
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	150.534	(92.592)	57.942
Diferimento ágio incorporação	-	(371)	-	-	-	-	(371)
Destinação reserva estatutária e realocação dividendos mínimos-AGO 28/04/2023	-	-	133.638	(66.819)	-	-	66.819
Dividendos propostos-AGE 30/10/2023	-	-	(81.682)	-	-	-	(81.682)
Transferência dividendo adicional proposto-AGE 16/12/2022	-	-	-	-	-	-	-
Destinação do lucro líquido do exercício							
Transferência entre reservas	-	-	(135.528)	-	159.040	(23.512)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(75.267)	-	(75.267)
Dividendo adicional proposto	-	-	-	75.267	(75.267)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**127.767**	**5.566**	**237.788**	**75.267**	**-**	**199.734**	**646.122**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado (Nota 3.e))
Receita operacional líquida	21	735.532	606.094
Custos dos serviços prestados	22	(441.237)	(350.128)
Lucro bruto		294.295	255.966
Receitas (despesas) operacionais			
Administrativas e gerais	22	(69.215)	(57.675)
Outras receitas operacionais		14.533	4.630
Lucro operacional		239.613	202.921
Despesas financeiras	23	(70.334)	(21.146)
Receitas financeiras	23	9.727	6.301
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	23	(60.607)	(14.845)
Lucro antes do IR e contribuição social		179.006	188.076
IR e contribuição social correntes	24	(46.291)	(49.030)
IR e contribuição social diferidos	8c/24	18.450	19.066
Impostos correntes e diferidos	24	(27.841)	(29.964)
Lucro líquido do exercício		151.165	158.112
Lucro por ação de operações continuadas atribuível aos acionistas da Companhia durante o exercício (expresso em R$ por ação)			
Lucro básico e diluído por ação	20g	0,16	0,17

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais

	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado (Nota 3.e))
Lucro líquido do exercício	151.165	158.112
Outros resultados abrangentes - Ajustes acumulados de conversão	(93.223)	(95.664)
Total do resultado abrangente do exercício	**57.942**	**62.448**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	Nota	31/12/23	31/12/22 (Reapresentado (Nota 3.e))
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		151.165	158.112
Ajustes:			
Depreciação e amortização	12/13	83.652	47.078
Amortização direito de uso	17a	20.110	17.283
Resultado na baixa e venda de imobilizado		7.373	3.462
Resultado na baixa do arrendamento		(70)	(324)
IR e CS diferidos	24	(18.451)	(19.066)
IR e CS correntes, provisionados	24	46.292	49.030
Variações cambiais não realizadas		2.448	1.333
Provisão (Reversão) para riscos trabalhistas		(657)	595
Provisão para perdas de créditos esperada		(437)	410
Juros sobre empréstimos e arrendamentos		45.158	15.047
Outras provisões (reversões)		(11.739)	2.602
		324.844	275.562
Variações dos ativos e passivos operacionais:			
Depósitos vinculados		(517)	(442)
Contas a receber e outros recebíveis		(32.953)	(12.612)
Estoques		(11.050)	(2.010)
Outros créditos		(10.301)	(6.970)
Impostos a recuperar		1.244	(1.377)
Depósitos judiciais		379	(115)
Fornecedores e outras obrigações		3.319	(7.403)
Impostos e contribuições a recolher		(4.522)	(3.079)
Salários e férias a pagar		2.635	822
		(51.766)	(33.186)
Caixa gerado nas operações		273.078	242.376
Juros pagos a terceiros		(38.158)	(14.140)
Juros pagos de arrendamentos		(3.636)	(1.014)
IRPJ e CSLL recolhidos		(39.854)	(46.593)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		191.430	180.629
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de ativo imobilizado	12e	(636.683)	(26.762)
Aquisição de ativo intangível		(262)	(997)
Alienação do ativo imobilizado		19.269	6.744
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(617.676)	(21.015)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Aumento de capital		-	5.238
Empréstimos e financiamentos tomados de terceiros		515.105	-
Empréstimo tomado de parte relacionada		500.305	-
Pagamentos de empréstimos e financiamentos de terceiros		(594.485)	(68.114)
Pagamentos de dividendos		(81.682)	(21.273)
Pagamentos de arrendamentos		(16.375)	(14.890)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		322.868	(99.039)
(Redução)/Aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquidos		(103.378)	60.575
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		215.130	166.009
Efeito da variação cambial sobre o caixa e equivalentes de caixa		(19.585)	(11.454)
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		92.167	215.130

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em MR$, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional: A SAAM Towage Brasil S.A. ("SAAM" ou "Companhia") é uma Sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede na cidade do Rio de Janeiro, à Praça XV de Novembro, 20 – sala 501- Centro - Rio de Janeiro. Constituída em 23 de outubro de 2002 com a finalidade de prestar uma variedade de serviços para os participantes do setor portuário e marítimo, destaca-se pelas atividades de navegação de apoio portuário e marítimo, seja através de embarcações próprias ou de terceiros, mediante arrendamento ou parceria marítima, bem como a locação de embarcações e equipamentos de terceiros e para terceiros. A Companhia possui uma frota composta por 64 rebocadores próprios e 4 rebocadores afretados, com abrangência nacional nos portos de: Santos (SP), São Luis (MA), Paranaguá (PR), Sepetiba (RJ), Itajaí (SC), Vitória (ES), Rio Grande (RS), SUAPE (PE), Salvador (BA), Santana (AP), Vila do Conde (PA), PECEM (CE), Mucuripe (CE), Belém (PA), Imbituba (SC), São Francisco do Sul (SC) e nos terminais da Petrobrás em Angra dos Reis (RJ), Rio de Janeiro (RJ), Salvador (BA) e Suape (PE). **Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2023. (a) Guerra Israel-Hamas**: A guerra Israel-Hamas, também referido como conflito Israel-Gaza ou conflito israelo-palestino de 2023, começou em 7 de outubro após um ataque terrorista coordenado por vários grupos militantes palestinos contra cidades israelenses, passagens de fronteira, instalações militares adjacentes e colonatos civis nas proximidades da Faixa de Gaza, no sul de Israel. Descrito como uma Terceira Intifada por alguns observadores, as hostilidades foram iniciadas por um bombardeio de mísseis contra Israel e incursões transportadas em veículos para o território israelense, tendo sido realizados vários ataques contra os militares israelenses, bem como contra as comunidades civis israelenses. A retaliação israelense com bombardeios e incursões militares contra Gaza foi chamada de Operação Espadas de Ferro. A Administração da Companhia está monitorando continuamente os desenvolvimentos para avaliar quaisquer possíveis impactos futuros que possam surgir como resultado do conflito em andamento. **(b) Aquisição de novos rebocadores:** Em maio de 2022 a SAAM Towage Brasil firmou um contrato de compra e venda de ativos com a empresa Starnav Serviços Marítimos Ltda (Starnav), que englobava a obtenção de 21 rebocadores. Inicialmente havia a previsão de receber 04 rebocadores em processo de construção, fato esse que não se concretizou, tendo em vista que todos os rebocadores foram entregues operacionalmente aptos. A aquisição ocorreu em dois momentos, em maio e agosto de 2023, com a entrega de 19 e 02 rebocadores, respectivamente. Dessa forma, o acervo contábil acionado desta operação englobou três grupos relevantes de contas em seu balanço patrimonial, sejam: pelo imobilizado de R$ 993.882 (nota 12.d) , um passivo de empréstimos de R$ 418.474 (nota 14.a), além da disponibilidade despendida no montante de R$ 575.408.

		Unidades	USD	BRL
Ativo	Imobilizado	21	198.000	993.882
Ativo	Banco		(114.601)	(575.408)
Passivo Financeiro	Dívida remanescente	21	(83.399)	(418.474)

Dentro desse contexto, a SAAM adquiriu um empréstimo de USD 100.000 com a sua acionista SAAM S.A., que teve o objetivo de liquidar dois empréstimos disponibilizados por terceiros, para viabilizar a operação de compra dos novos rebocadores. Esse valor em 31 de dezembro de 2023, acrescido dos juros decorridos, convertido pela taxa de 4,8413, representa no passivo circulante um montante de R$ 492.509. Sendo assim, em 31 de dezembro de 2023, a SAAM apresenta excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes no valor de R$ 484.139 (R$ 134.526 positivo em 2022). A liquidação dessa quantia está sendo tratada pelos acionistas, de forma que existe a premissa da sua postergação para um período longínquo, ou até mesmo da sua capitalização. **2 Meio ambiente, sustentabilidade e gestão de riscos climáticos:** A SAAM reconhece a importância da implementação de iniciativas de sustentabilidade e avalia constantemente os riscos relacionados ao meio ambiente que possam vir a impactar a sociedade, e em particular, suas operações e negócios. Dessa forma, a Companhia assume o compromisso em atender aos requisitos legais e demais requisitos aplicáveis às suas atividades e serviços. Toda legislação aplicável é identificada, analisada e atendida, assim como normas técnicas e procedimentos internos da Companhia, visando manter a conformidade legal em suas operações. Com um sistema de levantamento, controle e acompanhamento de requisitos legais, a área de QSMS - Qualidade, Saúde, Meio Ambiente e Segurança – gerencia e analisa o levantamento dos aspectos, impactos, perigos e riscos associados às atividades realizadas pela SAAM Towage Brasil. Esse levantamento é revisitado sempre que identificado uma nova condicional. Com base nos possíveis impactos decorrentes das operações de seu portfólio, a SAAM Towage Brasil entende que o desenvolvimento de suas atividades depende de um crescimento sustentável, por meio de medidas de preservação do nosso ecossistema. Por isso, o gerenciamento dos requisitos legais aplicáveis é parte crucial do Sistema de Gestão Integrado da Companhia, que visa a conformidade legal, a mitigação dos impactos ambientais e redução de riscos ocupacionais. Todas as ações são regularmente reportadas aos empregados e controladores. Entre as principais frentes de sustentabilidade da Companhia está o Programa de Controle de Emissões de Gases do Efeito Estufa (GEE). O objetivo é mensurar o real impacto ambiental de seus negócios, por meio de inventário de emissões, com base na metodologia internacional do GHG Protocol (*Greenhouse Gas protocol*), tendo recebido a classificação Selo Ouro pelo Centro de Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas - FGV, por dois anos consecutivos (2022 e 2023, relativos aos inventários de 2021 e 2022). Adicionalmente, em 2023, a SAAM Towage Brasil tornou-se a primeira empresa de rebocadores do Brasil a ser 100% neutra em carbono, com a aquisição de créditos de carbono de um projeto de biogás que captura e destrói o gás metano gerado pelo resíduo doméstico de um aterro sanitário localizado em São Paulo, neutralizando as emissões de gases de efeito estufa gerados em 2022. A Companhia realiza continuamente a conscientização do uso racional de combustíveis, investindo em melhores tecnologias e manutenção contínua da frota, otimizando as operações e tornando-as mais eficientes. A administração avaliou todas as informações e afirma não ter impacto nas demonstrações financeiras. **3 Base de preparação: a. Declaração de conformidade com relação às normas do comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC**: As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Em 22 de março de 2024, a Administração da Companhia aprovou estas demonstrações financeiras que serão enviadas para apreciação na Assembleia Geral Ordinária - AGO que será realizada em 30 de abril de 2024. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **b. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto para determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos no fim de cada exercício de relatório, através do resultado. **c. Moeda funcional e moeda de apresentação**: A moeda funcional da SAAM é o dólar norte-americano. Todavia, os valores registrados na moeda local (Real) foram convertidos para a moeda funcional, utilizando a taxa cambial vigente na data da transação. A moeda de apresentação é a moeda em que as demonstrações financeiras são divulgadas e normalmente definida em função de obrigações legais da Companhia. Estas demonstrações financeiras são apresentadas em reais, convertendo-se as demonstrações financeiras preparadas na moeda funcional da Companhia para reais, utilizando os seguintes critérios: Ativos, passivos e patrimônio líquido pela taxa de câmbio de fechamento do período; Receitas e despesas pela taxa em vigor na data da transação. Os ajustes resultantes da conversão acima têm sua contrapartida reconhecida na rubrica específica do patrimônio líquido denominada "Ajustes acumulados de conversão". O montante dos fluxos de caixa advindos das atividades de investimento e de financiamento foram convertidos pela aplicação das taxas de câmbio entre a moeda funcional e a moeda estrangeira, observadas na data da ocorrência dos fluxos de caixa, e a variação apurada na atividade operacional, pela taxa média ponderada do período. O efeito das mudanças nas taxas de câmbio sobre o caixa e equivalentes de caixa, mantidos ou devidos em moeda estrangeira, foram apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, a fim de conciliar o caixa e equivalentes de caixa no começo e no fim do período. Todas as informações financeiras apresentadas foram aproximadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **d. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **e. Reapresentação de cifras comparativas: Correção de erros – Diferido:** Em 2023 foram identificados ajustes de exercícios anteriores, relacionados à retificação de erros no cálculo do imposto diferido sobre ativos e passivos não monetários. Esses ativos e passivos devem ser mensurados na sua moeda funcional, que no caso da SAAM, é o dólar americano. Alterações na taxa de câmbio para efeitos fiscais criam diferenças entre o custo em reais de itens não monetários (base de cálculo), e o valor equivalente em dólares. O imposto diferido dessas diferenças é reconhecido para neutralizar o efeito de alterações nas taxas de câmbio de itens não monetários mensurados a valor histórico em reais/dólares, versus as taxas de câmbio no final de período. O ajuste gerado foi de R$ 159.040, credor, dos quais R$ 37.215, devedor, se refere ao exercício de 2022 , e R$ 196.255, credor, a exercícios anteriores. A referida correção afetou o Passivo não circulante nesses mesmos valores. As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022 e de 1º de janeiro de 2022, apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas e estão sendo reapresentadas:

	31/12/2022			01/12/2022		
Balanço patrimonial	Original	Ajuste	Reapresentado	Original	Ajuste	Reapresentado
Ativo						
Circulante	335.151	-	335.151	264.387	-	264.387
Não circulante	1.077.262	-	1.077.262	1.144.730	-	1.144.730
Total do ativo	1.412.413	-	1.412.413	1.409.117	-	1.409.117
Passivo e patrimônio líquido						
Circulante	200.625	-	200.625	203.140	-	203.140
Não circulante	374.067	159.040	533.107	377.855	196.255	574.110
Patrimônio líquido	837.721	(159.040)	678.681	828.122	(196.255)	631.867
Total do passivo e patrimônio líquido	1.412.413	-	1.412.413	1.409.117	-	1.409.117

	31/12/2022			01/12/2022		
	Original	Ajuste	Reapresentado	Original	Ajuste	Reapresentado
Demonstração do resultado						
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	188.076	-	188.076	219.493	-	219.493
Imposto de renda e contribuição social correntes	(49.030)	-	(49.030)	(61.205)	-	(61.205)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(18.149)	37.215	19.066	3.680	30.258	33.938
Lucro líquido do exercício	120.897	37.215	158.112	161.968	30.258	192.226
Lucro básico por ação	0,13	0,04	0,17	0,18	0,04	0,22
	Original	**Ajuste**	**Reapresentado**	**Original**	**Ajuste**	**Reapresentado**
Demonstração do resultado abrangente						
Lucro líquido do exercício	120.897	37.215	158.112	161.968	30.258	192.226
Total do Resultado abrangente do exercício	25.233	37.215	62.448	165.890	30.258	196.148
	Original	**Ajuste**	**Reapresentado**	**Original**	**Ajuste**	**Reapresentado**
Demonstração do fluxo de caixa						
Lucro líquido do exercício	120.897	37.215	158.112	161.968	30.258	192.226
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18.149	(37.215)	(19.066)	(3.680)	(30.258)	(33.938)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	180.629	-	180.629	211.134	-	211.134
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(21.015)	-	(21.015)	(18.904)	-	(18.904)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(99.039)	-	(99.039)	(145.200)	-	(145.200)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	60.575	-	60.575	47.030	-	47.030

f. Alterações de normas novas e as que ainda não estão em vigor: As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1o de janeiro de 2023: **. Alteração ao IAS 1/CPC 26(R1) e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis:** alteração do termo "políticas contábeis significativas" para "políticas contábeis materiais". A alteração também define o que é "informação de política contábil material", explica como identificá-las e esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. O "IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements", também alterado, fornece orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. **. Alterações ao IAS 8/CPC 23– Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro:** a alteração esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. **▪Alterações ao IAS 12/CPC 32 – Tributos sobre o lucro:** a alteração requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exige o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. As alterações mencionadas acima não tiveram impactos materiais para a Companhia, exceto em relação às alterações do IAS 1 sobre a definição e identificação de políticas contábeis materiais, cujo impacto está mencionado na nota 4. As seguintes alterações de normas foi emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2023. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC). **. Alteração ao IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis:** de acordo com o IAS 1 – "*Presentation of financial statements*", para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 "*Classification of liabilities as current or non-current*", cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: *covenants*), mesmo que a mensuração contratual do *covenant* somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses. Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contém cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob *covenants* somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente *covenants* com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data. A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024. **▪ Alteração ao IFRS 16 – "Arrendamentos":** a alteração emitida em setembro de 2022 traz esclarecimentos sobre o passivo de arrendamento em uma transação de venda e relocação ("sale and leaseback"). Ao mensurar o passivo de locação subsequente à venda e relocação, o vendedor-arrendatário determina os "pagamentos da locação" e os "pagamentos da locação revistos" de forma que não resulte no reconhecimento pelo vendedor-locatário de qualquer quantia do ganho ou perda relacionada ao direito de uso que retém. Isto poderia afetar particularmente as transações de venda e relocação em que os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos variáveis que não dependem de um índice ou taxa. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2024. **. IAS 7 – Demonstração dos fluxos de caixa:** a alteração emitida pelo IASB em maio de 2023, traz novos requisitos

SAAM Towage Brasil S.A.

CNPJ/MF nº 05.436.047/0001-16

de divulgação sobre acordos de financiamento de fornecedores ("supplier finance arrangements – SFAs") com o objetivo de permitir aos investidores avaliar os efeitos sobre os passivos de uma entidade, os fluxos de caixa e a exposição ao risco de liquidez. Acordos de financiamento de fornecedores são descritos, nessa alteração, como sendo acordos em que um ou mais provedores de financiamento se oferecem para pagar valores que uma entidade deve aos seus fornecedores, e a entidade concorda em pagar de acordo com os termos e condições do acordo na mesma data, ou em uma data posterior, que os fornecedores são pagos. Os acordos normalmente proporcionam à entidade condições de pagamento estendidas, ou aos fornecedores da entidade condições de recebimento antecipado, em comparação com a data de vencimento original da fatura relacionada. As novas divulgações incluem as seguintes principais informações: **(a)** Os termos e condições dos acordos SFAs. **(b)** Para a data de início e fim do período de reporte: (i) O valor contábil e as rubricas das demonstrações financeiras associadas aos passivos financeiros que são parte de acordos SFAs. (ii) O valor contábil e as rubricas associadas aos passivos financeiros em (i) para os quais os fornecedores já receberam pagamento dos provedores de financiamento. (iii) Intervalo de datas de vencimento de pagamentos de passivos financeiros em (i) e contas a pagar comparáveis que não fazem parte dos referidos acordos SFAs. **(c)** Alterações que não afetam o caixa nos valores contábeis de passivos financeiros em b(i) **(d)** Concentração de risco de liquidez com provedores financeiros. O IASB forneceu isenção temporária para divulgação de informações comparativas no primeiro ano de adoção dessa alteração. Nesta isenção, também estão incluídos alguns saldos iniciais de abertura específicos. Além disso, as divulgações exigidas são aplicáveis apenas para períodos anuais durante o primeiro ano de aplicação. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2024. Não se espera que a alteração tenha impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da SAAM. Não há outras normas contábeis CPC ou interpretações que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da SAAM. **4 Resumo das políticas contábeis materiais:** As políticas contábeis materiais aplicadas na elaboração dessas demonstrações financeiras estão sumariadas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **a. Receita operacional:** ***(i) Prestação de serviços:*** As receitas da Companhia estão basicamente ligadas a execução de serviços de apoio portuário (atracação e desatracação de navios), apoio marítimo e afretamento de rebocadores em contratos firmados por períodos previamente definidos. A receita da prestação de serviço no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita descreve a transferência de bens ou serviços prometidos a clientes, em troca de um valor que reflete a contraprestação a que se espera ter direito na troca desses bens ou serviços. O rendimento é reconhecido seguindo as orientações estabelecidas pela IFRS 15, que considera os seguintes passos: • Etapa 1: identificar o contrato com o cliente. • Etapa 2: identificar as obrigações de desempenho do contrato. • Etapa 3: determinar o preço da transação. • Etapa 4: alocar o preço da transação às obrigações de desempenho do contrato. • Estágio 5: reconhecer a receita quando (ou à medida que) a entidade satisfaz uma obrigação de desempenho. As receitas são as entradas brutas de benefícios econômicos das atividades ordinárias durante um período, desde que provoquem um aumento no capital próprio, que não esteja relacionado com as contribuições dos acionistas. A receita é reconhecida pelo valor justo quando é provável que o benefício econômico associado a uma transação fluirá para a empresa e o valor da receita possa ser mensurado com segurança. As receitas ordinárias associados à prestação de serviços são reconhecidas considerando o grau de acabamento da prestação do respetivo serviço à data das demonstrações financeiras, desde que o resultado da transação possa ser estimado com fiabilidade, seja provável que a empresa receba os benefícios econômicos derivados da transação, que o grau de conclusão da transação, à data do balanço, pode ser avaliado com confiabilidade e que os custos já incorridos na provisão, bem como aqueles que permanecem por incorrer até à sua conclusão , pode ser avaliado de forma confiável. **b. Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem basicamente as variações cambiais ativas e as receitas de juros sobre aplicações financeiras, enquanto as despesas compreendem os juros sobre empréstimos, multas, descontos financeiros e variações cambiais. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos. Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida. As receitas e as despesas de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos. **c. Moeda estrangeira**: As transações em moeda estrangeira são, para fins dessas demonstrações financeiras, aquelas realizadas na moeda diferente da moeda funcional (dólar norte-americano). Os valores registrados na moeda local (Real) são convertidos para a moeda funcional utilizando a taxa de câmbio vigente na data da transação. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração do resultado como variações monetárias e cambiais líquidas. **d. Benefícios a empregados:** Obrigações de benefícios a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal, de acordo com a natureza do serviço prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado, caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante, em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **e. Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido):** O imposto de renda e a contribuição social do exercício, correntes e diferidos, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para o imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. A compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social é limitada a 30% do lucro real. As despesas com o imposto de renda e contribuição social compreendem os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, exceto se relacionados à itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. As despesas de imposto de renda e contribuição social corrente são calculadas de acordo com as bases legais tributárias vigentes no Brasil, na data da apresentação das demonstrações financeiras. Periodicamente a administração avalia posições tomadas com relação a questões tributárias que estão sujeitas à interpretação e reconhece provisão, quando há expectativa de pagamento de imposto de renda e contribuição social conforme as bases tributárias. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. **f. Estoques:** Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido, e inclui basicamente os gastos incorridos na aquisição de combustível, peças, filtros e cabos para manutenção das embarcações. O método de custeio dos estoques, é o PEPS (Primeiro que entra e Primeiro que sai) e está alinhado com o que é praticado pelo Grupo econômico do qual faz parte. **g. Imobilizado:** ***(i) Reconhecimento e mensuração:*** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos, quando aplicável, das perdas de redução ao valor recuperável ("*impairment*") acumuladas. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais, mão de obra direta, quaisquer outros custos para transporte do ativo para o local e demais condições necessárias para que eles sejam capazes de operar de forma pretendida pela Administração, além dos juros e encargos financeiros incorridos nos financiamentos atribuíveis à construção do ativo qualificável. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são incluídos no resultado operacional. ***(ii) Custos subsequentes:*** O custo de reposição de um componente do imobilizado é incorporado ao valor contábil do bem ou reconhecido como item específico, somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. O saldo contábil do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos. ***(iii) Depreciação:*** A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado, de acordo com as taxas descritas na nota explicativa nº 12, que levam em consideração a estimativa de vida útil-econômica do bem. Os métodos de depreciação e as vidas úteis são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. **h. Ativos intangíveis:** ***(i) Outros ativos intangíveis:*** Os ativos intangíveis compreendem os programas de computador (softwares). São avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. ***(ii) Gastos subsequentes:*** Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Custos associados ao desenvolvimento e manutenção desses softwares são reconhecidos no resultado quando incorridos. ***(iii) Amortização:*** Os softwares possuem vida útil definida e são amortizados no prazo de 05 (cinco) anos (nota nº 13). A vida útil estimada e os métodos de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de qualquer mudança na estimativa é contabilizado prospectivamente. **i. Instrumentos financeiros:** ***(i) Classificação:*** A Companhia classifica seus instrumentos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração: Mensurados ao custo amortizado; Mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado). ***(ii) Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento:*** A Companhia determina a classificação dos seus instrumentos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando se torna parte das disposições contratuais do instrumento, que são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo montante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecido na demonstração do resultado. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. ***(iii) Ativos e passivos financeiros não derivativos - mensuração:*** *Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado*: Os instrumentos financeiros mantidos pela Companhia são mensurados ao valor justo por meio do resultado com base tanto no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas características de fluxo de caixa contratual do instrumento financeiro. Os instrumentos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado. *Instrumentos financeiros mensurados pelo custo amortizado:* Os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado, são mantidos pela Companhia para gerar fluxos de caixas contratuais decorrentes do valor principal e juros, quando aplicável aos ativos financeiros, menos qualquer redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os passivos financeiros não derivativos da Companhia estavam representados por fornecedores, contas a pagar para partes relacionadas, empréstimos e financiamentos e outras contas a pagar. ***(iv) Impairment:*** A Companhia avalia o impairment para as contas a receber de clientes, com uma abordagem simplificada, conforme permitida pelo CPC 48, com base em premissas sobre o risco de inadimplência, histórico de recebimentos, condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício. ***(v) Capital Social:*** *Ações ordinárias*: O capital social da Companhia é dividido em ações ordinárias e sem valor nominal. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos. Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definidos em estatuto, quando aplicáveis, são reconhecidos como passivo. **j. Redução ao valor recuperável ("*impairment*"):** ***(i) Ativos financeiros:*** Os ativos financeiros classificados como "custo amortizado" são avaliados a cada data de apresentação, para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável após o seu reconhecimento inicial, e que tal evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados do ativo, que possam ser estimados de uma maneira confiável. Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado, é calculada pela diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta retificadora do contas a receber, conforme nota explicativa nº 6, assim como a respectiva abertura na nota explicativa nº 25. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a renegociação do valor devido a Companhia em condições que a ela não aceitaria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. ***(ii) Ativos não financeiros:*** Os ativos não financeiros da Companhia estão representados por estoques, investimentos, ativo imobilizado e ativo intangível. Os valores contábeis do ativo imobilizado e ativo intangível são revistos ao final de cada exercício para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável estimado. Perdas identificadas de valor são reconhecidas no resultado. **k. Provisão:** Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar essa obrigação. A administração, apoiada na opinião dos seus consultores jurídicos, entende que as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com processos em andamento. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados, a uma taxa antes dos impostos, que reflita as avaliações atuais de mercado, quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa no resultado. **l. Arrendamentos:** No início do contrato, a Companhia determina se ele é ou contém um arrendamento. O CPC 06 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. O arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. A nova norma substituiu as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) - Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. Dessa forma, com o CPC 06, a Companhia deixa de reconhecer custos e despesas operacionais oriundas de contratos de arrendamento mercantis operacionais e passa a reconhecer em sua demonstração de resultado: (i) os efeitos da depreciação dos direitos de uso dos ativos arrendados; e (ii) a despesa financeira e a variação cambial apuradas com base nos passivos financeiros dos contratos de arrendamento mercantil. ***(i) A Companhia como arrendatária:*** Um arrendamento é definido como "um contrato, ou parte de um contrato, que transmite o direito de controlar o uso de ativo identificado por um período determinado em troca de contraprestação". Para aplicar esta definição, a Companhia avalia se o contrato atende a três avaliações principais, que são: • O contrato contém um ativo identificado, o qual pode ser tanto identificado explicitamente como implicitamente, sendo identificado no momento em que o mesmo é disponibilizado à Companhia; • A Companhia tem o direito de obter substancialmente todos os benefícios econômicos do ativo identificado durante o período de uso, considerando seus direitos dentro do escopo definido do contrato; • A Companhia tem o direito de direcionar o uso dos ativos identificados durante o período de uso. Ela avalia se tem o direito de direcionar como e para que finalidade o ativo deve ser utilizado durante todo o período de uso. ***(ii) Pagamentos de arrendamentos:*** Os pagamentos de arrendamentos são mensais. Alguns contratos preveem aumentos calculados nos principais indicadores econômicos. Despesas relacionadas a pagamentos de arrendamentos variáveis não são incluídas no passivo de arrendamento. As despesas financeiras são alocadas em cada período durante o prazo do arrendamento, visando produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo. ***(iii) Determinação do prazo de arrendamentos:*** O prazo de arrendamento é o período não cancelável do arrendamento juntamente com: (a) períodos cobertos por opção de prorrogar o arrendamento, se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção; (b) períodos cobertos por opção de rescindir o arrendamento, se o arrendatário estiver razoavelmente certo de não terminar antecipadamente e o arrendador não puder rescindir antecipadamente. Ao determinar o prazo do arrendamento, a administração considera todos os fatos e circunstâncias que criam um incentivo econômico para o exercício de uma opção de prorrogação ou para o não exercício da opção de rescisão. As opções de prorrogação (ou períodos após as opções de rescisão) são incluídas no prazo do arrendamento somente quando há certeza razoável de que o arrendamento será prorrogado ou não rescindido. **m. Contas a pagar aos fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações derivadas de bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes, se o pagamento for devido no período de até um ano. Prazos superiores são apresentadas como passivo não circulante. Elas são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. **n. Empréstimos e financiamentos:** Os financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, e são, subsequentemente, demonstrados pelo valor de custo amortizado. A metodologia do cálculo da taxa efetiva de juros segue as condições de cada contrato. As taxas e tributos pagos para contratação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo, e são registrados na rubrica de despesas financeiras pela taxa efetiva de juros. A Administração controla mensalmente os saldos de cada dívida através de controles gerenciais, no qual atualiza os indicadores financeiros (taxas de juros), conforme acordado em cada contrato. Empréstimos e financiamentos são classificados no passivo circulante, exceto pelas parcelas que podem incondicionalmente ser liquidadas após 12 meses da data de encerramento das demonstrações financeiras.

5 Caixa e equivalentes de caixa:

	2023	2022
Caixa e bancos	32.643	211.713
Aplicações financeiras	59.524	3.417
	92.167	215.130

Aplicações financeiras são de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 as aplicações financeiras referem-se a operações com liquidez diária e com prazo de vencimento definidos e com percentual de rentabilidade de 90% do CDI.

6 Contas a receber de clientes e outros recebíveis

	2023	2022
No país	61.889	38.465
No exterior	47.160	40.760
No exterior com partes relacionadas (ver NE 11)	9.913	6.711
	118.962	85.936
(-) Provisão para perdas de créditos esperada	(2.485)	(2.922)
	116.477	83.014

As contas a receber de clientes e demais contas a receber são denominados nas seguintes moedas:

	2023	2022
Reais	82.575	55.322
Dólares americanos	36.258	29.807
Euros	129	808
	118.962	85.936

A maturidade do contas a receber da Companhia está demonstrada na nota explicativa 25 - Risco de Crédito. **a. Retenções contratuais:** Alguns contratos com clientes constam cláusulas de cumprimento de obrigações de recolhimento de encargos de folha e retenção contratual. Após o término do contrato, mediante a comprovação dos pagamentos, os valores retidos pelo tomador são restituídos. O montante registrado em "Retenções Contratuais" em 2023 é de R$ 13.135 (R$ 13.087 em 2022).

7 Estoques:

	2023	2022
Combustível	16.426	11.149
Peças consumíveis / reposição (a)	6.912	4.962
Cabos de reboque	1.587	1.098
Filtros	1.937	-
	26.862	17.209

O custo dos estoques reconhecido no resultado, em "Custo das vendas", totalizou R$ 87.291 (2022 - R$ 69.184). (a) As peças consumíveis e de reposição não alteram a vida útil do ativo e serão utilizadas na operação dentro do próximo exercício, não tendo, portanto, características de sobressalentes.

8 Tributos a recuperar e diferidos:

a. Tributos a recuperar (Circulante):	2023	2022
IRRF	-	7
PIS & COFINS (a)	2	720
INSS a recuperar (b)	186	219
	188	946

(a) Os créditos de Programa de Integração Social - PIS e de Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS referem-se, basicamente, aos montantes sobre insumos adquiridos e utilizados na prestação de serviços sendo compensado ao mês, havendo saldo a pagar. A segregação entre circulante e não circulante considera a compensação esperada durante o período. Referem-se aos créditos de COFINS e PIS sobre insumos utilizados na prestação de serviços; (b) Referem-se às retenções de INSS efetuadas na prestação de serviços.

b. Tributos a recuperar (Não Circulante):	2023	2022
IRPJ e CSLL a recuperar (a)	610	169
PIS e COFINS a recuperar (b)	9.284	10.428
INSS - a recuperar	2.654	2.481
ISS	691	648
Outros impostos a recuperar	12	11
	13.251	13.737

(a) Refere-se ao saldo negativo de imposto de renda e csll após a exclusão dos juros SELIC, que serão atualizados mensalmente com base na SELIC e compensados com tributos federais até 31 de dezembro de 2025; (b) Refere-se ao saldo negativo de PIS e COFINS retido na fonte sobre os recebimentos de notas fiscais de serviços prestados, que serão atualizados mensalmente com base na SELIC e compensados com tributos federais até 31 de dezembro de 2025. A empresa revisa os impostos e contribuições que afetam os seus negócios, objetivando assegurar que os pagamentos sejam devidamente realizados. Os créditos fiscais são utilizados respeitando-se os prazos legais. Caso a Companhia não utilize os créditos tributários é solicitado o reembolso dos respectivos valores à Receita Federal do Brasil. **c. IRPJ e CSLL diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros calculados sobre às diferenças temporárias entre a base fiscal dos ativos e passivos e os seus respectivos valores contábeis. O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	2023	Efeito no Resultado	2022 Reapresentado	Efeito no Resultado Reapresentado
Ativo de imposto diferido				
Variação cambial não realizada	6.382	(25.557)	31.939	(19.240)
Ativo de arrendamento	34.065	(1.250)	35.315	35.315
Provisões de custos e gastos	9.780	2.428	7.352	2.386
Perdas de contas por cobrar	844	(149)	993	139
Amortização Ágio da empresa Incorporada	1.593	-	1.964	-
	52.664	(24.528)	77.563	18.600

	2023	Efeito no Resultado	2022 Reapresentado	Efeito no Resultado Reapresentado
Passivo de imposto diferido				
Ajuste nas taxas de depreciação (diferença de taxa de depreciação- ver NE nº 13.c)	(18.202)	(6.895)	(11.307)	(1.612)
Passivo de arrendamento	(32.963)	2.174	(35.137)	(35.137)
Diferido sobre ativos não monetários	(111.341)	47.699	(159.040)	37.215
	(162.506)	42.978	(205.484)	466
IR diferido líquido	(109.842)	18.450	(127.921)	19.066

9 Outros ativos não financeiros

	2023	2022
Adiantamentos a funcionários (a)	302	268
Adiantamentos a fornecedores (b)	19.287	5.086
Despesas antecipadas	2.369	1.638
	21.958	6.992

(a) Adiantamentos operacionais aos empregados, objetivando cobrir despesas de salários, férias, viagens (nacional e internacional) e para aquisições de materiais de uso e consumo da Companhia; (b) Adiantamentos para fornecedores de materiais de consumo e de prestação de serviços, principalmente referentes a processos de importação, docagem e manutenção maior.

10 Depósitos judiciais: A Companhia é parte (polo passivo) em ações judiciais de natureza tributária e trabalhista, que foram propostas no curso normal dos negócios, e discute tais questões, tanto na esfera administrativa, como na judicial, as quais, quando aplicável, são amparadas por depósitos judiciais.

	2023	2022
Depósitos Trabalhistas (i)	534	957
Depósitos Tributários (ii)	2.337	2.293
	2.871	3.250

(i) Estes depósitos judiciais estão vinculados a ações em que a Companhia vem se defendendo em diversos processos trabalhistas. A maioria das ações tem por objeto indenizações por danos decorrentes de doenças ocupacionais, horas extras, periculosidade e equiparação salarial; (ii) Em 31 de dezembro de 2023 a composição de depósitos judiciais de natureza tributária totalizava R$ 2.337. A conciliação desse montante refere-se basicamente ao questionamento de ações que o ente fiscalizador atribuiu à SAAM, como uma hipotética sucessora de obrigações de terceiro. A ação está sendo monitorada e defendida por escritório de advocacia externo.

11 Partes relacionadas: Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas às operações com partes relacionadas.

	Contas a Receber		Contas a Pagar/ Emprestimo		Receita		Despesa	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
1. CSAV Austral S.A.	595	-	-	-	2.819	1.590	-	-
2. Hapag-Lloyd AG	9.318	6.711	-	-	41.901	34.061	-	-
3. SAAM S/A	-	-	494.124	21	-	-	11.339	3.319
4. Giraldir	806	868	-	-	-	-	-	-
5. SAAM Towage Colombia S.A.	-	-	-	-	5.827	-	-	-
6. SAAM Towage Uruguay	-	-	-	-	13.442	-	-	-
	10.719	7.579	494.124	21	63.989	35.651	11.339	3.319
Circulante	9.913	6.711	494.124	21	-	-	-	-
Não Circulante	806	868	-	-	-	-	-	-
	10.719	7.579	494.124	21	63.989	35.651	11.339	3.319

1, 2 - Contas a receber da receita da prestação de serviços efetuados em condições normais de mercado; 3 - Reembolso de despesas / rateio corporativo / empréstimo; 4 - Reembolso de despesas; 5, 6 – Venda de imbolizado. Os montantes referentes a remuneração de pessoal-chave da administração compreendem:

	2023	2022
Benefícios de curto prazo (salários e bônus)	2.766	2.822

O valor a pagar de participação nos resultados dos empregados é reconhecido pelo regime de competência, e contabilizado como despesa. A determinação do montante é constituída nos termos do Acordo de Participação nos Lucros e Resultados, negociado anualmente com o sindicato da categoria, de acordo com a Lei nº 10.101/00, alterada pela Lei nº 12.832/13. Os valores normalmente são liquidados do ano posterior ao registro da obrigação.

	2023			2022		
Imobilizado	Valor Bruto	Depreciação Acumulada	Saldo em 31/12/2023	Valor Bruto	Depreciação Acumulada	Saldo em 31/12/2022
Embarcações	2.356.735	(731.586)	1.625.149	1.535.419	(727.692)	807.727
Docagem (a)	82.147	(40.154)	41.993	81.657	(52.589)	29.068
Manutenção maior	49.236	(41.403)	7.833	57.781	(47.528)	10.253
Propulsor	1.995	-	1.995	-	-	-
Equipamentos de comunicação	944	(382)	562	699	(266)	433
Móveis	1.569	(1.055)	514	1.482	(976)	506
Máquinas e equipamentos	5.161	(3.065)	2.096	4.492	(2.484)	2.008
Hardware	2.513	(1.176)	1.337	1.946	(412)	1.534
Benfeitorias em imóveis de terceiros	3.466	(1.646)	1.820	3.517	(3.517)	-
Peças e sobressalentes	1.152	-	1.152	3.078	-	3.078
Outros	198	(63)	135	230	(63)	167
Imobilizado em andamento:						-
Embarcações	513	-	513	809	-	809
Docagem	20.605	-	20.605	9.914	-	9.914
Manutenção maior	17.884	-	17.884	1.331	-	1.331
Benfeitorias em imóveis de terceiros	155	-	155	31	-	31
	2.544.273	(820.530)	1.723.743	1.702.386	(835.527)	866.859

SAAM Towage Brasil S.A.

CNPJ/MF nº 05.436.047/0001-16

	2023			2022		
Direito de Uso	Valor Bruto	Amortização Acumulada	Saldo em 31/12/2023	Valor Bruto	Depreciação Acumulada	Saldo em 31/12/2022
Embarcações	82.108	(17.793)	64.315	88.495	(1.477)	87.018
Imóveis	26.922	(3.394)	23.528	14.748	(245)	14.503
Veículos	2.833	(48)	2.785	1.598	(26)	1.572
	111.863	(21.235)	90.628	104.841	(1.748)	103.093

12 Imobilizado

Custo	Saldo em 31/12/2022	Adições	Baixas	Transferências	Arrendamento (nota 17a)	Ajuste de Conversão	Saldo em 31/12/2023
Embarcações	1.623.914	993.882 (d)	(29.793)	14.803	-	(163.963)	2.438.843
Docagem (a)	81.657	-	(18.701)	32.573	-	(13.382)	82.147
Manutenção maior	57.781	-	(5.903)	3.774	-	(6.416)	49.236
Propulsor	-	-	-	2.003	-	(8)	1.995
Equipamentos de comunicação	699	338	(69)	45	-	(69)	944
Móveis	1.482	241	(103)	-	-	(51)	1.569
Máquinas e equipamentos	4.492	802	(272)	-	-	139	5.161
Hardware	1.946	346	(143)	-	-	364	2.513
Benfeitorias em imóveis de terceiros	3.517	-	(1.277)	1.914	-	(688)	3.466
Peças e sobressalentes	3.078	-	-	(780)	-	(1.146)	1.152
Imóveis	14.748	-	-	-	13.510	(1.336)	26.922
Veículos	1.598	-	-	-	1.268	(33)	2.833
Outros	230	-	(12)	-	-	(20)	198
Imobilizado em andamento:							
Embarcações	809	13.700	-	(14.023)	-	27	513
Docagem	9.914	45.659	-	(34.576)	-	(392)	20.605
Manutenção maior	1.331	20.564	-	(3.774)	-	(237)	17.884
Benfeitorias em imóveis de terceiros	31	2.039		(1.914)	-	(1)	155
Outros	-	45	-	(45)	-	-	-
	1.807.227	1.077.616 (e)	(56.273)	-	14.778	(187.212)	2.656.136

Custo	Taxas de depreciação % a.a.	Saldo em 31/12/2022	Adições	Baixas	Arrendamento (nota 17a)	Ajuste de Conversão	Saldo em 31/12/2023
Embarcações (b)	4%	(729.169)	(63.298)	24.511	(17.699)	36.276	(749.379)
Docagem (a)	20% - 40%	(52.589)	(14.730)	17.223	-	9.942	(40.154)
Manutenção maior	15,38% - 22,22%	(47.528)	(4.170)	5.500	-	4.795	(41.403)
Equipamentos de comunicação	20%	(266)	(174)	28	-	30	(382)
Móveis	10%	(976)	(104)	84	-	(59)	(1.055)
Máquinas e equipamentos	10% e 20%	(2.484)	(381)	168	-	(368)	(3.065)
Hardware	20%	(412)	(431)	113	-	(446)	(1.176)
Benfeitorias em imóveis de terceiros		(3.517)	(97)	1.277	-	691	(1.646)
Imóveis		(245)	-	-	(3.451)	302	(3.394)
Veículos		(26)	-	-	(26)	4	(48)
Outros		(63)	(5)	2	-	3	(63)
		(837.275)	(83.390)	48.906	(21.176)	51.170	(841.765)
		969.952	994.226	(7.367)	(6.398)	(136.042)	1.814.371

Custo	Saldo em 31/12/2021	Adições	Baixas	Transferências	Arrendamento (nota 17a)	Ajuste de conversão	Saldo em 31/12/2022
Embarcações	1.570.690	-	(37.916)	163	67.881	23.096	1.623.914
Docagem (a)	97.849	-	(14.717)	13.081	-	(14.556)	81.657
Manutenção maior	63.959	-	(2.326)	2.641	-	(6.493)	57.781
Equipamentos de comunicação	855	317	(307)	-	-	(166)	699
Móveis	2.042	60	(246)	-	-	(374)	1.482
Máquinas e equipamentos	5.284	397	(537)	-	-	(652)	4.492
Hardware	2.150	794	(516)	-	-	(482)	1.946
Benfeitorias em imóveis de terceiros	3.836	-	-	-	-	(319)	3.517
Peças e sobressalentes	-	1.323		781	-	974	3.078
Imóveis	13.633	-	-	-	3.547	(2.432)	14.748
Veículos	2.091	-	-	-	(105)	(388)	1.598
Outros	224	10	-	-	-	(4)	230
Imobilizado em andamento:							
Embarcações	847	747	-	(700)	-	(85)	809
Docagem	4.241	20.093	-	(14.518)	-	98	9.914
Manutenção maior	961	2.986	-	(2.641)	-	25	1.331
Benfeitorias em imóveis de terceiros	-	35	-	-	-	(4)	31
	1.768.662	26.762(e)	(56.565)	(1.193)	71.323	(590)	1.807.227

Custo	Taxas de depreciação % a.a.	Saldo em 31/12/2021	Adições	Baixas	Transferências	Arrendamento (nota 17a)	Ajuste de conversão	Saldo em 31/12/2022
Embarcações (b)	4%	(625.640)	(28.672)	35.446	-	8.699	(119.002)	(729.169)
Docagem (a)	20% - 40%	(62.215)	(12.439)	13.881	464	-	7.720	(52.589)
Manutenção maior	20% - 22,22%	(48.625)	(4.905)	2.326	-	-	3.676	(47.528)
Equipamentos de comunicação	20%	(540)	(126)	267	-	-	133	(266)
Móveis	10%	(1.305)	(106)	216	-	-	219	(976)
Máquinas e equipamentos	10% e 20%	(2.914)	(351)	460	-	-	321	(2.484)
Hardware	20%	(1.016)	(306)	507	-	-	403	(412)
Benfeitorias em imóveis de terceiros		(3.559)	(21)	-	-	-	63	(3.517)
Imóveis		(7.612)	-	-	-	5.617	1.750	(245)
Veículos		(1.263)	-	-	-	879	358	(26)
Outros		(41)	(6)	-	-	-	(16)	(63)
		(754.730)	(46.932)	53.103	464	15.195	(104.375)	(837.275)
		1.013.932	(20.170)	(3.462)	(729)(c)	86.518	(106.137)	969.952

(a) Tendo a obrigatoriedade de classificação das embarcações que operam no mercado brasileiro por uma Companhia classificadora habilitada, a docagem é um procedimento realizado a cada ciclo de classificação, de acordo com o ano de construção da embarcação. A taxa de amortização da docagem varia de 20% a 40%, devido às características de cada embarcação; (b) As embarcações são depreciadas por taxas de 4% ao ano. A diferença de depreciação entre a prática contábil societária (25 anos) e a fiscal (20 anos) é diferida; (c) A diferença de R$ 729 se refere à transferência de custos, onde a contrapartida está em conta não pertencente ao grupo do Ativo imobilizado. (d) As operações de compra de ativos ocorridas em maio e setembro de 2023 envolveu a aquisição de mais 21 rebocadores para compor a frota da SAAM, dentre estes, 04 foram recém contruídos. Não foi identificado a transferência pela parte vendedora para a SAAM Towage processos internos que suportassem o desenvolvimento da sua operação através da utilização dos insumos previamente identificados, seja por meio de contratos com clientes, bem como por meio de serviços spot de reboque de navios. Adicionalmente a disposição da frota nos portos, assim como a operação com novo pessoal contratado, passa a compor e utilizar todos os sistemas e processos da SAAM Towage Brasil. O reconhecimento foi realizado de forma separada, no qual para cada rebocador comprado, foi alocado valor individualizado contido no documento fiscal de venda, compondo assim os valores justos ao preço pago na transação. Foi atribuído como custo de aquisição a proporção do preço de compra e venda estabelecido no contrato, de BRL 993.882, em contrapartida ao passivo financeiro aquirido, e o montante liquidado na formalização de entrega da frota. É importante especificar, embora a frota não tivesse rebocadores em construção, a SAAM considerou como parte do custo do ativo, aqueles incluídos na CPC 27 – Ativo Imobilizado, para deixar os bens nas condições disponibilizadas pela SAAM para sua utilização, tais como: O passivo financeiro assumido como contrapartida à aquisição no montante de R$ 418.474 não impactou o fluxo de caixa nas atividades de investimentos. (e) Algumas operações constantes nas adições do imobilizado não impactaram o fluxo de caixa, gerando dessa forma um valor menor, conforme indicado:

	2023	2022
Nota 12 – Adições	1.077.616	26.762
Assunção empréstimo (nota 12 d)	(418.474)	-
Juros capitalizados	(6.431)	-
Valores registrados/não faturados para serem pagos em 2024	(15.575)	-
Valores transferidos do estoque	(453)	-
Aquisição de ativo imobilizado - Fluxo de caixa de investimentos	636.683	26.762

As embarcações objeto dos empréstimos constantes da NE 14, em função de cláusula contratual, são alienadas fiduciariamente como forma de garantia. **I. Revisão da vida útil estimada:** Não houve modificação na estimativa de vida útil remanescente dos itens do imobilizado e, portanto, não houve alteração na taxa de depreciação para os períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022. É importante ressaltar que os 21 novos rebocadores que passaram a compor a frota de rebocadores da SAAM já se encontravam operacional, e a SAAM considerou uma depreciação linear para o período remanescente de cada rebocador, com base na taxa do grupo de 25 anos. A vida útil remanescente foi atribuída considerando os anos de utilização do bem, no qual a data de entrega, após finalizada a construção, representa esse marco inicial, com avaliação dos ativos componentes da frota por especialistas da entidade **II. Provisão para redução ao valor recuperável de ativos:** Anualmente a Companhia realiza testes para detectar eventuais perdas (*impairment*), com base no CPC 01. O valor recuperável das embarcações imobilizadas, assim como do ágio registrado pela aquisição da Tugbrasil, foi determinado por meio de projeção de fluxo de caixa descontado, antes do imposto de renda e da contribuição social, fundamentados em orçamentos financeiros aprovados pela administração para um período de 5 (cinco) anos. Após esse período foi respeitado o valor de perpetuidade residual da empresa, com base em um crescimento constante. Os valores projetados foram descontados a valor presente, considerando uma taxa de desconto líquida de 8,4% a.a. Em função desse estudo, a Administração chegou à conclusão de que não há necessidade de constituição de provisão para perda por redução ao valor recuperável dos respectivos ativos, ao final do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, assim como não ocorreu para 31 de dezembro de 2022.

13 Intangível:

	Saldo em 31/12/2022	Adi-ções	Baixas	Transfe-rência	Ajuste Conversão	Saldo em 31/12/2023
Software	850	-	(195)	904	(92)	1.467
Amortização 20% a.a.	(409)	(262)	189	-	25	(457)
Ágio	40.271	-	-	-	(2.906)	37.365
Intangível em andamento:						
Software	657	262	-	(904)	(5)	10
	41.369	-	(6)	-	(2.978)	38.385

	Saldo em 31/12/2021	Adi-ções	Baixas	Transfe-rência	Ajuste Conversão	Saldo em 31/12/2022
Software	3.259	-	(2.011)	344	(742)	850
Amortização 20% a.a.	(2.988)	(146)	2.011	-	714	(409)
Ágio	43.071	-	-	-	(2.800)	40.271
Intangível em andamento:						
Software	-	997	-	(344)	4	657
	43.342	851	-	-	(2.824)	41.369

Os softwares são amortizados pelo prazo de 5 (cinco) anos.**I. Provisão para redução ao valor recuperável do ágio:** O ágio reconhecido na SAAM é oriundo da incorporação da controlada Tugbrasil, ocorrido em 2021. O valor recuperável desse ativo foi determinado com base nas mesmas premissas descritas na nota explicativa 11, item II – Provisão para redução ao valor recuperável de ativos.

14 Empréstimos e financiamentos:

		Vencimento Final	Taxa de juros a.a.	2023	2022
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social BNDES - Fundo da Marinha Mercante - FMM	R$	2027	3,7% +TJLP	6.621	8.608
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social BNDES - Fundo da Marinha Mercante - FMM	US$	2027 - 34	3,70%	133.671	168.369
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social BNDES - Fundo da Marinha Mercante - FMM	US$	2023-25-33	3,68% a 5,5%	50.955	62.515
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social BNDES - Fundo da Marinha Mercante - FMM	US$	2034	2,94% e 3,94%	205.726(a)	-
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social BNDES - Fundo da Marinha Mercante - FMM	US$	2028 - 2030	2,57% e 3,57%	42.182(a)	-
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social BNDES - Fundo da Marinha Mercante - FMM	US$	2038	2,81% e 3,81%	100.970(a)	-
Caterpillar Financial S.A. Crédito, Financiamento e Investimento	R$	2025	3,8% +TJLP	313	952
Caterpillar Financial S.A. Crédito, Financiamento e Investimento	US$	2025	3,80%	2.157	7.065
Banco do Brasil - BB - Fundo da Marinha Mercante - FMM	US$	2030	3,5%, 3,6% e 3,75%	83.318	88.884
Banco do Brasil - BB - Fundo da Marinha Mercante – FMM	US$	2029	3,85%	7.202(a)	-
SAAM S/A (ver NE 11)	US$	2024	6,70%	492.509	-
				1.125.624	336.393
Passivo circulante				579.148	68.781
Passivo não circulante				546.476	267.612

(a) Na operação da compra de 21 rebocadores pela SAAM da empresa STARNAV, juntamente com o valor liquidado, a frota é transferida em conjunto com os passivos que lhe estão associadas em vigor à data da aquisição. O passivo financeiro assumido como contrapartida à aquisição no montante de BRL 418.474 não impactou o fluxo de caixa nas atividades de financiamentos; Como agentes financeiros do Fundo de Marinha Mercante (FMM), o BNDES e o Banco do Brasil financiam a construção de novos rebocadores. Os financiamentos estão garantidos por alienação fiduciária das embarcações contempladas pela captação, além de garantia corporativa. A seguir estão as maturidades contratuais dos empréstimos e financiamentos pelos seus valores nominais, incluindo pagamento de juros futuros:

	Valor contábil	Valor nominal	6 meses	De 6 a 12 meses	Segundo ano	Do terceiro ao quinto ano	Após 5 anos
BNDES	540.125	636.452	40.309	39.786	77.800	194.712	283.845
Caterpillar	2.470	2.537	1.143	842	552	-	-
Banco do Brasil	90.520	99.189	15.042	9.150	17.855	47.503	9.639
SAAM S/A	492.509	500.348	500.348	-	-	-	-
	1.125.624	1.238.526	556.842	49.778	96.207	242.215	293.484

Os valores de financiamentos a pagar em 31 de dezembro de 2023, denominados em US$ apresentados acima, estão convertidos para Reais com base na taxa de conversão do fechamento de 29 de dezembro de 2023, com a cotação de R$ 4,8413. Os valores de financiamentos a pagar em 31 de dezembro de 2022, denominados em US$ apresentados abaixo, estão convertidos para Reais com base na taxa de conversão do fechamento de 31 de dezembro de 2022, com a cotação de R$ 5,2177.

	Valor contábil	Valor nominal	6 meses	De 6 a 12 meses	Segundo ano	Do terceiro ao quinto ano	Após 5 anos
BNDES	239.492	276.799	21.706	20.610	39.519	99.846	95.118
Caterpillar	8.017	8.322	2.838	2.781	2.113	590	-
Banco do Brasil	88.884	96.611	15.909	15.653	18.377	34.332	12.340
	336.393	381.732	40.453	39.044	60.009	134.768	107.458

Os valores nominais finais desses financiamentos estarão sujeitos aos juros mencionados acima, até a data de vencimento dos juros e do principal. A Companhia possui contratos de financiamentos com o BNDES, referentes a construção de embarcações finalizadas em 2009, nos quais constam cláusula que menciona a obrigação de manter o índice de endividamento geral no percentual máximo de 80%. Em caso do referido índice ser maior que o estabelecido em contrato, a Companhia está passível de sanção por inadimplemento não financeiro, no montante de 1% (um por cento) ao ano, incidente sobre o saldo devedor corrigido pela taxa SELIC. Em 31 de dezembro de 2023 todos os índices financeiros previstos nas cláusulas restritivas (*covenants*) dos contratos foram atendidos, assim como em 31 de dezembro de 2022. **a. Depósitos vinculados:** Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia manteve em conta vinculada o montante equivalente à três amortizações, referentes à cláusula dos contratos de financiamento do Banco do Brasil.

	2023	2022
Depósitos Vinculados	4.947	4.431

b. Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento.

		Passivo			Patrimônio			
	Nota	Emprestimos e financiamentos	Passivos de arrendamentos financeiros	Dividendos	Capital social	Reservas de lucros	Dividendo adicional proposto	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2022		**336.393**	**103.873**	**66.819**	**127.767**	**321.360**	**66.819**	**1.023.031**
Variações dos fluxos de caixa de financiamento								
Empréstimos tomados de partes relacionadas		500.305	-	-	-	-	-	500.305
Empréstimos tomados de terceiros		515.105	-	-	-	-	-	515.105
Pagamentos de empréstimos de terceiros		(594.485)	-	-	-		-	(594.485)
Pagamentos de dividendos		-	-	(81.862)	-		-	(81.862)
Pagamentos de passivos de arrendamentos financeiros		-	(16.375)	-	-	-	-	(16.375)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento		**420.925**	**(16.375)**	**(81.682)**	**-**	**-**	**-**	**322.868**
Efeito das variações nas taxas de câmbio		(59.878)	(4.326)	-	-	-	-	(64.204)
Relacionadas com passivos								
Novos arrendamentos financeiros	17a	-	16.464	-	-	-	-	16.464
Baixa arrendamentos financeiros		-	(1.427)	-	-	-	-	(1.427)
Transferência para contas a pagar		-	1.713	-	-	-	-	1.713
Assunção de financiamentos	14.a	418.473	-	-	-	-	-	418.473
Despesas com juros	23	41.438	3.906	-	-	-	-	45.344
Custos de empréstimos capitalizados		6.431	-	-	-	-	-	6.431
Juros pagos		(38.158)	(3.636)	-	-	-	-	(41.794)
Total das outras variações relacionadas com passivos		428.184	17.020	-	-	-	-	445.204
Total das outras variações relacionadas com patrimônio		-	-	90.130	-	(83.572)	8.448	15.006
Saldo em 31 de dezembro de 2022		**1.125.624**	**100.192**	**75.267**	**127.767**	**237.788**	**75.267**	**1.741.905**

15 Fornecedores:

	2023	2022
No país	34.750	16.225
No exterior	2.770	295
Partes relacionadas (ver NE 11)	1.705	21
Custos com subcontratação	8.703	7.503
	47.928	24.044

16 Tributos a pagar:

a. Circulante	2023	2022
IRPJ & CSLL	1.167	371
ISS	3.306	2.943
PIS	75	-
COFINS	351	-
FGTS	946	800
INSS	2.772	2.319
Contribuição sindical	41	54
IRRF	2.476	2.272
CS a pagar	41	16
CSRF	70	65
ICMS & DIFAL	105	46
	11.350	8.886

17 Operações de arrendamento mercantil: a. Direito de uso

	Direito de uso					
Embarcações-	Saldo em 31/12/2022	Adi-ções	Alterações contratuais	Baixas	Ajuste de conversão	Saldo em 31/12/2023
Terceiros	88.495	-	-	-	(6.387)	82.108
Imóveis	14.748	11.868	1.642	(1.686)	(1.336)	26.922
Veículos	1.598	2.872	82	-	(33)	2.833
	104.841	14.740	1.724	(1.686)	(7.756)	111.863

	Amortização					
Embarcações-	Saldo em 31/12/2022	Adições	Alterações contratuais	Baixas	Ajuste de conversão	Saldo em 31/12/2023
Terceiros	(1.477)	(17.699)	-	-	1.383	(17.793)
Imóveis	(245)	(3.451)	-	329	4	(48)
Veículos	(26)	(355)	-	-	302	(3.394)
	(1.748)	(21.505)(a)	-	329	1.689	(21.235)
	103.093	(6.765)	1.724	(1.357)	(6.067)	90.628

	Direito de uso					
Embarcações-	Saldo em 31/12/2021	Adi-ções	Alterações contratuais	Baixas	Ajuste de conversão	Saldo em 31/12/2022
Terceiros	21.200	65.201	85.105	(82.425)	(586)	88.495
Imóveis	13.633	15.269	4.895	(16.617)	(2.432)	14.748
Veículos	2.091	1.629	1.587	(3.321)	(388)	1.598
	36.924	82.099	91.587	(102.363)	(3.406)	104.841

	Amortização					
Embarcações-	Saldo em 31/12/2021	Adi-ções	Alterações contratuais	Baixas	Ajuste de conversão	Saldo em 31/12/2022
Terceiros	(10.465)	(13.483)	-	22.182	289	(1.477)
Imóveis	(7.612)	(3.487)	-	9.104	1.750	(245)
Veículos	(1.263)	(432)	-	1.311	358	(26)
	(19.340)	(17.402)	-	32.597	2.397	(1.748)
	17.584	64.697	91.587	(69.766)	(1.009)	103.093

(a) A diferença de 1.395 entre o valor da amortização de 21.505, para o valor de 20.110, constante no fluxo de caixa, se refere ao valor do crédito de PIS & COFINS. **Embarcações** - Afretamento de embarcações para prestação de serviços. **Imóveis** - A Companhia possui compromissos de arrendamento para a sede e filiais em inúmeras cidades brasileiras. **Veículos** - A Companhia possui compromisso de arrendamento de uma frota de veículos.

b. Passivo de arrendamento:

Passivo de arrendamento por classe de ativo	Taxa de desconto	2023	2022
Embarcações	3,76%	71.514	87.476
Imóveis	12,04%	25.821	14.788
Veículos	12,04%	2.857	1.609
Total		100.192	103.873
Passivo Circulante		16.537	14.824
Passivo não circulante		83.655	89.049

A abertura dos contratos de arrendamento por vencimento está demonstrada a seguir:

Análise da maturidade - fluxo de caixa contratual não descontado	2023	2022
No primeiro ano	21.166	18.741
No segundo ano	21.171	18.779
Do terceiro ao quinto ano (inclusive)	68.316	77.602
Após cinco anos	2.556	-
Total	113.209	115.122
Encargos financeiros	(13.017)	(11.249)
Total passivo de arrendamento	100.192	103.873

Valores Reconhecidos no resultado	2023	2022
Amortização do direito de uso	(21.505)	(17.402)
Juros sobre o passivo de arrendamento	(3.720)	(1.190)
Pagamentos variáveis de arrendamento não incluídos na mensuração do passivo de arrendamento	(398)	(230)
Despesas referentes aos contratos não considerados	(2.409)	(1.573)
Total	(28.032)	(20.395)

c. Arrendamento mercantil (arrendador): A companhia possui contratos de arrendamento mercantil a casco nú, nos quais afreta quatro embarcações para terceiros. Os recebimentos provenientes destes contratos são baseados em diárias e mensalidades fixas por embarcação em dólares norte-americanos. Os recebimentos futuros mínimos, com base nos contratos que estipulam os valores para o exercício de 2023, estão estimados da seguinte forma:

	2024
Recebimentos futuros mínimos	15.904

18 Provisão para riscos trabalhistas:A Administração, consubstanciada na opinião de seus assessores jurídicos externos, além da experiência adquirida com os históricos às quantias reivindicadas, entende que os encaminhamentos e as providências legais cabíveis tomadas em cada situação são suficientes para cobrir as eventuais perdas e preservar o patrimônio líquido da Companhia, sendo reavaliadas periodicamente. Alguns processos estão amparados por depósitos judiciais, conforme nota explicativa 10. Movimentação das provisões para riscos trabalhistas para as causas prováveis:

	2023	2022
Saldo em 1º de janeiro	1.827	1.232
Constituições	471	1.124
Reversões	(652)	(40)
Baixa	(476)	(489)
Saldo em 31 de dezembro	1.170	1.827

Dentre os processos que a Companhia vem se defendendo, ela administra e acompanha periodicamente a evolução deles, tendo em vista um risco possível de perda em 2023 no montante de R$ 1.735 (R$ 1.992 em 2022). **19 Outras provisões:** Reconhecimento de obrigação legal, confor-

SAAM Towage Brasil S.A.

CNPJ/MF nº 05.436.047/0001-16

me contrato de afretamento firmado com terceiro. O mesmo tem o objetivo de custear a docagem *pro-rata* de dois rebocadores ao período do contrato. Esse passivo representa um montante de R$ 4.270. **20 Patrimônio líquido: a.Capital social:** O capital social da Companhia é representado por ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, assim distribuídas:

(Em milhares de Reais)	2023			2022		
	Quantidade de ações	%	Valor contábil	Quantidade de ações	%	Valor contábil
Acionista:						
SAAM S.A	641.600	69,23%	88.449	641.660	69,23%	88.449
SAAM Participações Ltda.	285.236	30,77%	39.318	285.236	30,77%	39.318
	926.896	100%	127.767	926.896	100%	127.767

b. Reservas de lucros: i. Reserva legal: Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, antes de qualquer outra destinação, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo da reserva legal atinge o seu limite máximo sobre o capital social no montante de R$ 25.554. **ii. Reserva especial:** Conforme previsto nos parágrafos 4 e 5 do artigo 202 da Lei das S.A., essa reserva é constituída quando a pessoa jurídica não possui condições financeiras para realizar o pagamento dos dividendos obrigatórios. Sendo assim, o valor apurado é lançado nesta reserva, para que futuramente quando a situação financeira da pessoa jurídica se estabilize, ela possa realizar os pagamentos aos acionistas, desde que a Companhia não apure prejuízos futuros, que devem absorver os valores desta reserva, antes do pagamento dos dividendos. Além do objetivo acima, nessa reserva também constam valores apurados pela diferença entre o resultado societário para o convertido para a moeda de apresentação. Diferença essa não considerada para fins de pagamento de dividendos e compensação de prejuízos determinados pelo resultado local. Em 2023 essa diferença de resultados foi absorvida pela apuração do imposto diferido sobre ativos não monetários no valor de R$ 135.528. Em 31 de dezembro de 2023 a reserva registra o montante de R$ 2.798 (R$ 138.326 em 2022). **iii. Reserva de retenção de lucros:** Destinada para aplicação em investimentos previstos no orçamento de capital da Companhia. Em 2011 registrava o montante de R$ 1.320 referente a 50% do lucro líquido ajustado referente ao exercício de 2010, e após a incorporação da SMIT International do Brasil Ltda., 50% desse montante foi absorvido, restando o valor de R$ 660. **iv. Reserva estatutária:** Constituída por determinação do estatuto social da companhia com finalidade de (a) assegurar recursos para investimentos em bens do ativo permanente, sem prejuízo de retenção de lucros nos termos do artigo 196 da Lei das Companhias por Ações; e (b) reforçar o capital de giro; podendo ainda (c) ser utilizada em operações de resgate, reembolso ou aquisição de ações do capital da Companhia, sendo que a Assembleia Geral poderá deliberar sua dispensa na hipótese de pagamento de dividendos adicionais ao dividendo mínimo obrigatório, conforme artigo 25. Em 31 de dezembro de 2023 a reserva registra o montante de R$ 208.776 (R$ 156.820 em 2022). **c. Reserva de capital:** Em 2011 registrava o ágio gerado na emissão de ações no montante de R$ 7.946. Em 2012, após uma incorporação reversa, 50% desse valor foi absorvido, restando um montante de R$ 3.973. Adicionalmente essa incorporação também gerou o reconhecimento do Diferido de um novo ágio no valor de R$ 9.854. Em 2023 foi realizado um total de R$ 371 (R$371 em 2022), referente ao ágio da incorporação, resultando um saldo de R$ 1.593. **d. Remuneração aos acionistas:** O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 50% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 202 da Lei nº 6.404/76. **e. Dividendos propostos e dividendos adicionais propostos:** De acordo com o Estatuto Social da Companhia é garantido aos acionistas um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 50% do lucro líquido do exercício, calculado nos termos da lei das Companhias por Ações. A Companhia pode efetuar outras distribuições, na medida em que existirem lucros e reservas disponíveis. Todas as distribuições acima mencionadas poderão ser realizadas sob a forma de dividendos ou como juros sobre capital próprio, dedutíveis do imposto de renda. A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral. No decorrer de 2023 a Companhia efetuou pagamentos de dividendos no montante de R$ 81.682. No exercício de 2023, a Companhia efetuou a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios no percentual de 50% aos seus acionistas, no valor de R$ 75.266.883,18, considerando o resultado local apurado de R$ 150.533.766,35 resultado para fins fiscais com base na legislação comercial, sem os efeitos da conversão. A parcela proposta pelos órgãos da administração que excede ao mínimo obrigatório será mantida no patrimônio líquido, em conta específica, classificada como "Dividendo adicional proposto", conforme previsto pelo ICPC 08, até a deliberação definitiva que vier a ser tomada pelos sócios. Essa parcela representa um montante de R$ 75.266.883,17. **f. Ajustes acumulados de conversão:** A conta ajustes acumulados de conversão representa os efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão das demonstrações contábeis. É importante salientar que esta conta não é uma reserva. Ela pode apresentar saldo positivo ou negativo. **g. Lucro por ação: Resultado por ação - básico:** O resultado por ação básico é computado pela divisão do lucro líquido do exercício pela média ponderada das ações em circulação no exercício. O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. A tabela a seguir reconcilia o lucro líquido do exercício aos montantes usados para calcular o resultado por ação básico e diluído:

Resultado básico por ação	2023	2022 Reapresentado
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	151.165	158.112
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (milhares)	926.896	926.896
Resultado básico por ação	0,16	0,17

A Companhia não emitiu e/ou outorgou instrumentos patrimoniais que devem ser considerados para fins de cálculo do resultado por ação diluído, conforme determina o Pronunciamento Técnico CPC 41. Desta forma, o resultado por ação diluído não apresenta diferença em relação ao cálculo do resultado por ação básico demonstrado acima. **21 Receita operacional líquida:** Durante o exercício de 2023 e 2022 a Companhia realizou além dos serviços de apoio portuário (atracação e desatracação de navios), alguns serviços especiais, como: atendimento na movimentação de embarcações, que contribuíram para um crescimento do seu faturamento.

Receita operacional bruta	2023	2022
Afretamento	119.223	79.028
Serviços prestados	700.004	587.476
	819.227	666.504
Deduções		
Impostos sobre as vendas	(50.929)	(42.912)
Devoluções e abatimentos	(32.766)	(17.498)
Receita operacional líquida	735.532	606.094

22 Custos dos serviços prestados e despesas administrativas e gerais (por natureza)

	2023			2022		
Natureza	Custos dos Serviços Prestados	Despesas Administrativas e Gerais	Total	Custos dos Serviços Prestados	Despesas Administrativas e Gerais	Total
Pessoal	(133.256)	(44.033)	(177.289)	(103.275)	(35.705)	(138.980)
Frete	(1.689)	(57)	(1.746)	(1.138)	(34)	(1.172)
Serviços Contratados	(74.275)	(12.691)	(86.966)	(69.298)	(13.524)	(82.822)
Material Manutenção/Reparo e Afins	(26.559)	(1.821)	(28.380)	(25.386)	(1.185)	(26.571)
Estoque	(87.291)	-	(87.291)	(69.184)	-	(69.184)
Aluguel de Equipamentos e outros	(2.596)	(1.489)	(4.085)	(1.852)	(681)	(2.533)
Viagem	(3.096)	(2.462)	(5.558)	(1.826)	(1.787)	(3.613)
Seguros	(6.930)	(106)	(7.036)	(6.596)	(75)	(6.671)
Depreciação e amortização	(82.751)	(901)	(83.652)	(46.504)	(574)	(47.078)
Amortização direito de uso (a)	(18.324)	(1.786)	(20.110)	(15.172)	(2.111)	(17.283)
Crédito de PIS e COF sobre depreciação, amortização e amortização direito de uso	1.319	-	1.319	1.453	-	1.453
PCLD	-	437	437	-	(410)	(410)
Provisões e Reversões	(2.773)	(1.762)	(4.535)	(8.860)	285	(8.575)
Impostos, Registros e Taxas	(1.358)	(351)	(1.709)	(931)	(196)	(1.127)
Associações e Sindicatos	(1.032)	(67)	(1.099)	(862)	(56)	(918)
Assinaturas, Licenças e Telecomunicações	(612)	(886)	(1.498)	(691)	(726)	(1.417)
Outros	(14)	(1.240)	(1.254)	(6)	(896)	(902)
	(441.237)	(69.215)	(510.452)	(350.128)	(57.675)	(407.803)

(a) Conciliação do resultado de amortização de Direito de Uso, com a nota 17.

	2023	2022
Embarcação – terceiros	(17.699)	(13.483)
Imóveis	(3.451)	(3.487)
Veículos	(355)	(432)
	(21.505)	(17.402)
Crédito de PIS e COFINS	(1.395)	(119)
	(20.110)	(17.283)

23 Resultado financeiro

	2023	2022
Despesa financeiras		
Juros sobre empréstimos	(41.438)	(13.857)
Descontos concedidos	(3.493)	(3.378)
Multas e Penalidades	(367)	(35)
Variações cambiais, líquidas	(14.300)	-
Impostos sobre receita financeira	(1.943)	(1.660)
Juros sobre arrendamento	(3.720)	(1.190)
Impostos sobre empréstimos	(2.866)	-
Comissões e taxas financeiras	(1.830)	(642)
Outros	(377)	(384)
	(70.334)	(21.146)
Receitas financeiras		
Juros obtidos e Juros sobre aplicações financeiras	9.688	3.818
Descontos obtidos	35	39
Variações cambiais líquidas	-	2.442
Outros	4	2
	9.727	6.301
	(60.607)	(14.845)

24 Imposto de renda e contribuição social: A conciliação entre a despesa total calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas, e as despesas de imposto de renda e contribuição social debitadas no resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, é demonstrada como segue:

	2023	2022 Reapresentado
Lucro com efeito da diferença de câmbio e antes do IR e da CS	179.006	188.076
Alíquota fiscal nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social:		
Pela alíquota fiscal combinada	(60.862)	(63.946)
Efeito do IR e CS sobre adições e exclusões ao lucro contábil:		
Adições permanentes	(580)	(7.246)
Exclusões permanentes	1.437	8.522
Diferenças temporárias dedutíveis	48.167	37.394
Efeito dos ajustes na conversão	(16.003)	(4.688)
IR e CS no resultado do exercício	(27.841)	(29.964)
Alíquota efetiva	15,55%	15,93%
IR e CS correntes	(46.291)	(49.030)
IR e CS diferidos (Nota 8c)	18.450	19.066
	(27.841)	(29.964)

25 Instrumentos financeiros: A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, no qual a administração destes é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando assegurar sua liquidez e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas, versus condições vigentes no mercado. Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia, conforme o quadro abaixo:

Instrumentos financeiros Ativos	Classificação	Valor justo 2023	Valor justo 2022	Valor contábil 2023	Valor contábil 2022
Caixa e equivalente de caixa	Custo amortizado	92.167	215.130	92.167	215.130
Depósitos Vinculados	Custo amortizado	4.947	4.431	4.947	4.431
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	Custo amortizado	117.283	83.882	117.283	83.882

Instrumentos financeiros Passivos	Classificação	Valor justo 2023	Valor justo 2022	Valor contábil 2023	Valor contábil 2022
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	1.125.624	336.393	1.125.624	336.393
Fornecedores	Custo amortizado	47.928	24.044	47.928	24.044
Passivo de arrendamento	Custo amortizado	100.192	103.873	100.192	103.873
Dividendos a pagar	Custo amortizado	75.267	66.819	75.267	66.819

As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos: **Risco de crédito:** Decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes da inadimplência de suas contrapartes, principalmente dos recebíveis de clientes, instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros.

Exposição ao risco de crédito	2023	2022
Caixa e equivalente de caixa	92.167	215.130
Depósitos vinculados	4.947	4.431
Partes relacionadas - CP e LP	806	868
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	116.477	83.014
Exposição líquida	214.397	303.443

A perda de crédito esperada é reconhecida reduzindo o montante a receber da prestação de serviços. A mensuração da taxa de inadimplência considera a recuperabilidade dos recebíveis de acordo com o perfil dos clientes, e histórico de recebimentos, baseado em experiências anteriores. Ademais, em casos particulares, alguns riscos adicionais serão avaliados e considerados para suportar o fator de provisão de um cliente específico, como os riscos correspondentes ao do setor, risco do cliente, situação financeira, capacidade de pagamento e comportamento de pagamento, indiferente do prazo negociado e/ou maturação da dívida. Em algumas circunstâncias, a Companhia não possui informações razoáveis e sustentáveis que estejam disponíveis, sem custo ou esforço excessivos, para mensurar perdas de crédito esperadas com base em instrumento individual. Nesses casos, as perdas de crédito esperadas devem ser reconhecidas coletivamente, considerando informações abrangentes de risco de crédito. Essas informações abrangentes de risco de crédito devem incorporar não apenas informações vencidas, mas também todas as informações de crédito relevantes, inclusive informações macroeconômicas prospectivas, para aproximar o resultado do reconhecimento de perdas de crédito esperadas.

	Bruto 2023	Provisão para perdas esperadas 2023	Provisão para perdas esperadas 2023	Bruto 2022	Provisão para perdas esperadas 2022	Provisão para perdas esperadas 2022
Não vencidos	100.239	0,40%	(372)	73.125	0,15%	(100)
Vencidos há 01-30 dias	12.932	0,80%	(87)	8.212	4,65%	(346)
Vencidos há 31-60 dias	1.988	1,27%	(25)	1.767	5,65%	(100)
Vencidos há 61-90 dias	387	2,16%	(8)	285	6,65%	(19)
Vencidos há 91-120 dias	165	3,32%	(5)	213	21,65%	(46)
Vencidos há 121-180 dias	1.302	5,94%	(77)	-	31,65%	-
Vencidos há 181-240 dias	-	10,36%	-	-	41,65%	-
Vencidos há 241-300 dias	48	20,99%	(10)	-	51,65%	-
Vencidos há 301-360 dias	-	100,00%	-	80	71,65%	(57)
Vencidos acima 360 dias	1.901	100,00%	(1.901)	2.254	100,00%	(2.254)
Total	118.962		(2.485)	85.936		(2.922)

Risco de Liquidez: Risco de liquidez é o risco da Companhia associado às dificuldades em honrar com as obrigações associadas aos seus passivos financeiros, que são liquidados com pagamentos à vista, ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração da liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. A Companhia procura alinhar o giro de pagamentos com os recebimentos, controlando o vencimento de suas dívidas com o período de geração de caixa, para evitar o descasamento e gerar a necessidade de maior alavancagem. O departamento financeiro acompanha as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia, para assegurar que esta tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. As previsões mensais levam em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas contratuais e o cumprimento de metas internas, conforme o plano estratégico da Companhia. Além disso, a Companhia mantém linhas de crédito com as principais instituições financeiras que atuam no Brasil.

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos
Financiamentos (valor nominal)	606.620	96.207	242.215	293.484
Fornecedores	46.223	-	-	-
Empréstimos e Contas a Pagar com Partes Relacionadas	494.214	-	-	-
Dividendos	75.267	-	-	-
	1.222.324	96.207	242.215	293.484

Risco de câmbio: Os fluxos de caixa operacionais estão sujeitos à variação de moeda, tendo em vista, que estão parte denominados em Real (moeda local) e parte em dólar norte-americano (moeda funcional). A Companhia possui contratos de dívidas e saldos de caixa e equivalentes de caixa atrelados ao dólar norte-americano e ao Real. Em termos gerais, para o fluxo de caixa operacional, a Companhia procura neutralizar o risco cambial através de ativos (contas a receber) e passivos (pagamentos) correspondentes. Além disso, a Companhia busca gerar um excedente de caixa operacional nas duas moedas, com maior concentração no dólar norte-americano. ***Risco de taxas de juros:*** Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando a mitigação desse tipo de risco. A maioria dos empréstimos da Companhia é vinculado a taxas fixas. Parte do empréstimo do BNDES e Caterpillar está exposta a taxa flutuante TJLP (Taxa de juros de longo prazo).

31 de dezembro de 2023

Entidade credora	Total da dívida	Taxa de juros	Taxa efetiva	Custo financeiro do período
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	6.621	TJLP + 3,70%	10,25%	785
Caterpillar Financial S.A. Crédito, Financiamento e Investimento	313	TJLP + 3,80%	10,35%	59
Total de passivos financeiros a taxa variável	6.934	-	-	844
Total de passivos financeiros (Nota 14)	1.125.624	-	-	-
Proporção de passivos financeiros a taxa variável	0,62%			

31 de dezembro de 2022

Entidade credora	Total da dívida	Taxa de juros	Taxa efetiva	Custo financeiro do período
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	8.608	TJLP + 3,70%	8,79%	980
Caterpillar Financial S.A. Crédito, Financiamento e Investimento	952	TJLP + 3,80%	8,89%	119
Total de passivos financeiros a taxa variável	9.560	-	-	1.099
Total de passivos financeiros (Nota 14)	336.393	-	-	-
Proporção de passivos financeiros a taxa variável	2,84%			

Análise de sensibilidade de moeda estrangeira: A análise de sensibilidade apresentada nos quadros seguintes, estima os impactos da desvalorização do real frente ao dólar norte-americano, com base na posição em 31 de dezembro de 2023. A Companhia procurou simular três cenários distintos por um período projetado de doze meses, com ênfase na variável de risco identificada, tendo como cenário mais provável (Cenário I). Além disso, outros dois cenários foram elaborados: um possível (Cenário II), com variação de 25%, e outro remoto (Cenário III), com variação de 50%.

	Cenários			
	2023	Cenário I Provável	Cenário II Possível (25%)	Cenário III Remoto (50%)
Taxas de câmbio (i)	**4,8413**	**4,92**	**6,15**	**7,38**
Caixa e equivalentes de caixa lastreados em moeda estrangeira	5.909	(98)	(1.600)	(3.102)
Caixa e equivalentes de caixa lastreados ao dólar norte-americano	86.258	1.402	23.317	45.231
Depósitos vinculados em moeda estrangeira	4.947	(81)	(1.338)	(2.595)
Contas a receber de clientes e outros recebíveis lastreados em moeda estrangeira	61.889	(1.008)	(16.733)	(32.457)
Contas a receber de clientes e outros recebíveis lastreados ao dólar norte-americano	47.160	766	12.747	24.729
Contas a receber de partes relacionadas lastreados em moeda estrangeira	9.913	(163)	(2.682)	(5.201)
Contas a receber de partes relacionadas lastreados ao dólar norte-americano	806	11	215	419
Outros créditos lastreados em moeda estrangeira	13.135	213	3.550	6.887
	230.017	1.042	17.476	33.911
Financiamentos lastreados em moeda estrangeira	6.934	111	1.873	3.634
Financiamentos lastreados ao dólar norte-americano	626.181	10.177	169.266	328.356
Empréstimo de parte relacionada lastreado ao dólar norte-americano	492.509	8.008	133.137	258.266
Contas a pagar lastreados em moeda estrangeira	123.757	2.013	33.455	64.898
Contas a pagar lastreados ao dólar norte-americano	329	6	89	173
Passivo de arrendamento lastreado em moeda estrangeira	51.636	841	13.960	27.079
Passivo de arrendamento lastreados ao dólar norte-americano	48.556	792	13.129	25.465
Contas a pagar de partes relacionadas lastreados ao dólar norte-americano	1.705	27	460	893
	1.351.607	21.975	365.369	708.764

(i) Fonte de informação: Relatório Focus BACEN de 19/01/2024 – dezembro 23.

26 Cobertura de seguros: *Em 31 de dezembro de 2023 a cobertura de seguros da Companhia contra riscos operacionais era composto conforme demonstrado abaixo:*

Cobertura Básica	1.695.837
Guerras e greves	2.129.672

Os contratos são todos em dólares e os valores acima apresentados foram convertidos pela taxa de dólar de 31 de dezembro de 2023, na cotação de R$ 4,8413. Adicionalmente a Companhia mantém cobertura adicional através de um clube de "*Protection & Indeminty - P&I*". A suficiência da cobertura não foi objeto de auditoria pelos auditores independentes. **27 Eventos subsequentes:** Entre 1 de janeiro de 2024 e a data de emissão destas Demonstrações Financeiras, não ocorreram eventos significativos de natureza financeira ou outra que possam afetar a sua adequada apresentação e/ou interpretação.

Composição do Conselho de Administração

Hernan Gomez Cisternas
Rafael Ignácio Ferreira Moreira
Macário Valdés Raczynski

Composição da Diretoria

Renata de Albuquerque Ervilha - Diretora Presidente
Luis Fernando Rodrigues Pinto de Assis - Diretor Financeiro
Giancarlos Jacomini - Contador - CRC RJ-110640/O-7

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas **SAAM Towage Brasil S.A. Opinião**: Examinamos as demonstrações financeiras da SAAM Towage Brasil S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SAAM Towage Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2023 o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 29 de março de 2024.

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-5

Cáren Henriete Macohin
Contadora CRC 1PR038429/O-3

TIGRE

MPF pede indenização de R$ 127 mi a cartel de tubos

FELIPE FRAZÃO/AE

A Procuradoria da República em São Paulo entrou com uma ação civil na Justiça Federal em que aponta formação de cartel pelas empresas Tigre, Brastubo, Polierg, FGS e Poly Easy. Segundo o processo, as companhias do segmento de tubos e conexões se uniram para combinar preços e vencer licitações. A ação pede uma indenização de R$ 127 milhões.

O Estadão entrou em contato com as companhias, mas não houve retorno até a publicação deste texto. O espaço está aberto para manifestação.

Além das empresas, 17 pessoas físicas são citadas na ação. São presidentes, vice-presidentes, gerentes, diretores e assessores das companhias que teriam formado o cartel. O Ministério Público afirma que eles criaram um "esquema detalhado de pré-seleção de empresas vencedoras, antecipando resultados que lhes garantia, de forma alternada, os primeiros e segundos lugares nas licitações e leilões". Pelo menos 44 licitações públicas e privadas nos setores de gás e saneamento no Paraná, Rio de Janeiro e São Paulo teriam sido fraudadas entre 2004 e 2015, segundo o processo.

040

Consórcio Infraestrutura MG leva leilão de relicitação de BR

ELAINE PATRICIA CRUZ/ABRASIL

O Consórcio Infraestrutura MG venceu o leilão de relicitação da BR-040, no trecho que liga Belo Horizonte a Juiz de Fora, em Minas Gerais. O leilão foi realizado na tarde de ontem na sede da B3, em São Paulo, e contou com a presença do ministro dos Transportes, Renan Filho.

O consórcio ofereceu o maior valor de desconto para o pedágio, com a proposta de desconto de 11,21% sobre a tarifa base. Também participaram do certame o Consórcio Vetor Norte, que ofereceu desconto de 0%, e a CCR, com a proposta de 1% de desconto. Uma quarta empresa havia manifestado interesse em participar do leilão, mas foi desclassificada por não estar em conformidade com as cláusulas do edital.

"O resultado nos traz forte motivação e estamos muito preparados para a implementação dessa nova concessionária. A continuidade do programa federal do programa de concessão de rodovias, com mais esse evento hoje, é de fundamental relevância para o Brasil e deverá prover benefícios permanentes aos usuários da BR-040 entre Belo Horizonte e Juiz de Fora", disse José Carlos Cassaniga, presidente do grupo EPR, que integra o consórcio vencedor.

Segundo a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), responsável pelo leilão, este foi o certame mais concorrido desde 2018. Foi também a primeira relicitação realizada pela ANTT, já que este trecho havia sido concedido à iniciativa privada, mas foi devolvido ao poder público em 2017.

Atualmente, o trecho é administrado pela concessionária Via 040. Desde 2014, ela responde pela rodovia na extensão que vai de Juiz de Fora até Brasília. O contrato firmado previa, entre outras coisas, que fossem duplicados mais 714,5 km da rodovia nos primeiros cinco anos. Segundo um relatório do Tribunal de Contas da União (TCU), até 2020, houve obras de duplicação em apenas pouco mais de 70 km.

Em 2017, a Via 040 alegou dificuldades financeiras e manifestou o desejo de devolver a concessão. Dois anos depois, um pedido para relicitação do trecho sob sua responsabilidade foi aprovado pela ANTT.

Na B3, o ministro Renan Filho, disse que a BR-040 é uma das mais importantes do país e foi aberta ainda no Brasil Império. "É uma das mais representativas do país pela sua história, pelas regiões que ela corta [Distrito Federal, Minas Gerais e Rio de Janeiro] e pela importância econômica que possui. Para nós todos do ministério esse é um dia feliz e exitoso. Essa é a primeira relicitação que chega ao final", afirmou.

Segundo o ministro, neste ano ainda serão realizados mais cinco leilões de rodovias mineiras e a meta do governo federal é realizar 35 novos leilões em todo o país. "Oito deles [propostas de leilões] já estão no TCU (em avaliação pelo Tribunal de Contas da União), em fase final."

A CONCESSÃO

A concessão é pelo período de 30 anos e engloba um trecho de 232,1 km da BR-040/MG. O projeto prevê investimentos de cerca de R$ 8,7 bilhões, abrangendo 163,9 km de duplicações, 42 km de faixas adicionais, 15,3 km de vias marginais, 14,2 km de ciclovias, oito passarelas, 57 pontos de ônibus, cinco postos da Polícia Rodoviária Federal (PRF) e um ponto de parada e descanso para motoristas profissionais.

A concessão prevê ainda o Desconto para Usuários Frequentes (DUF) e a opção de pagamento automático para motoristas, com o uso de TAG's. Os usuários frequentes são aqueles que utilizam apenas trechos da rodovia várias vezes por mês, como ocorrem com cidadãos que moram e trabalham em cidades próximas.

REFINARIA DE MATARIPE

Governador defende parceria de Mubadala com Petrobras

GABRIEL VASCONCELOS E LUCIANA COLLET/AE

O governador da Bahia, Jerônimo Rodrigues (PT), reiterou que há interesse do fundo Mubadala, controlador da Acelen, em vender participação na refinaria de Mataripe. Ele disse que, para o estado, é melhor que a futura parceria aconteça por meio da Petrobras. Jerônimo ainda reconheceu como problemáticos os preços de combustíveis praticados pela empresa privada, mais altos que a média nacional.

"Eu estive nos Emirados Árabes e conversamos com o fundo. Acompanhei os ministros, inclusive o ministro Rui Costa (Casa Civil), tentando ver qual seria o plano do Mubadala (para Mataripe). Ali a gente percebeu tranquilamente que eles tinham interesse (em vender participação), mas, qualquer movimentação não estava naquele momento com a resposta pronta", disse.

"Eu torço para que funcione (a futura parceria) e, se for pela Petrobras, que isso aconteça. Que a gente possa ver a geração de emprego, e os impostos e taxas aos quais a gente tem direito sobre eles. Se for pela Petrobras, naturalmente, é melhor", continuou o governador da Bahia.

Jerônimo integra o grupo político do ministro Rui Costa, um dos críticos nos bastidores da gestão de Jean Paul Prates à frente da Petrobras. Nas últimas semanas, a pressão sobre o CEO da estatal escalou e o executivo passou a balançar no cargo.

No fim de 2023, o Mubadala procurou formalmente a Petrobras para consultar sobre o interesse de parcerias no setor de refino tradicional e para a construção de uma usina de biorrefino também na Bahia. Em fevereiro, Prates foi aos Emirados Árabes, onde fechou acordo para intensificar as negociações. Na ocasião, Prates informou que pretendia fechar o retorno da Petrobras à refinaria de Mataripe ainda neste primeiro semestre.

PREÇOS

Questionado sobre os preços praticados pela refinaria, Jerônimo disse que gostaria de ver a unidade produzindo com preços acessíveis para a população da Bahia e do Nordeste.

"Sobre preço há muita reclamação por parte da população baiana. Na produção eles estão se esforçando bastante, mas o que mais pesa na sociedade baiana é justamente o preço praticado por eles Ficou mais caro", disse.

LICEU FRANCO BRASILEIRO S/A
CNPJ nº 33.547.449/0001-23
Assembleia Geral Ordinária - Convocação - Ficam convocados os Senhores Acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, no dia 30 de abril de 2024, em sua sede social, à Rua das Laranjeiras, 5/11/13/15, Laranjeiras, às 10:00 horas, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: a) Aprovação das Demonstrações Contábeis do Exercício Social encerrado em 31/12/2023; b) Deliberação sobre o Resultado do Exercício; c) Fixação dos honorários da Diretoria; e d) Assuntos gerais. Rio de Janeiro, 03 de abril de 2024. A Diretoria.

ITAGUAÍ CONSTRUÇÕES NAVAIS S.A.
Cia. Fechada
CNPJ/MF nº 10.827.182/0001-22 - NIRE 33.300.29031-1
EDITAL DE CONVOCAÇÃO: Ficam os Srs. acionistas da Itaguaí Construções Navais S.A. ("Cia.") convocados, nos termos do art. 124 da Lei 6.404/76, conforme alterada ("LSA"), para a AGO/E da Cia. ("AGOE"), a **ser realizada às 11h do dia 25/04/2024**, na R. Lauro Muller, nº 116, 20º andar, Torre Rio Sul, CEP: 22290-906, RJ/RJ, para examinar, discutir e votar a seguinte ordem do dia: (i) em sede de Assembleia Ordinária, examinar e votar o relatório e as contas da administração e as DFs da Cia. referentes ao exercício social findo em 31/12/2023, bem como a proposta da administração a respeito da destinação do resultado; e (ii) em sede de Assembleia Extraordinária examinar e votar (a) a proposta de aumento do capital social da Cia., a consequente alteração do art. 5º do Estatuto Social e a sua consolidação; e (b) a proposta de remuneração global dos administradores da Cia.. RJ, 11/04/2024. **Fabio Andreani Gandolfo - Presidente do Conselho de Administração**

OPPORTUNITY EQUITY PARTNERS ADMINISTRADORA DE RECURSOS LTDA.
CNPJ/MF: 01.761.273/0001-11
CONVOCAÇÃO PARA REUNIÃO DE SÓCIOS
Ficam os senhores Sócios da Opportunity Equity Partners Administradora de Recursos Ltda. ("Sociedade") convocados para reunirem-se em Reunião de Sócios a realizar-se no dia 30 de abril de 2024, às 13:25h, na sede social da Sociedade, localizada na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Av. Presidente Wilson 231, 28º andar (parte), com vistas a deliberar sobre a seguinte matéria: Tomar as contas da administração e deliberar sobre o balanço patrimonial e o de resultado econômico da Sociedade, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2023. **Instruções Gerais:** Os instrumentos de mandato, para representação na Reunião, deverão ser depositados na sede social da Sociedade com até 48 (quarenta e oito) horas de antecedência da realização da Reunião.
Rio de Janeiro, 10 de abril de 2024.
MARIA AMÁLIA DELFIM DE MELO COUTRIM
Administradora da Sociedade

JBC Brasil Participações Ltda.
CNPJ/MF 07.230.029/0001-09 - NIRE 33.2.0745720-1
Edital de Convocação de Reunião de Sócios.
Convocamos os sócios da sociedade denominada JBC Brasil Participações Ltda. ("Sociedade") para se reunirem no dia 24 de abril de 2024, às 12:00hs (doze horas), a realizar-se na sede social, sito à Estrada de Santana, n° 292, parte, Vila São Luiz, Duque de Caxias, RJ, CEP 25.085-010, a fim de discutir e deliberar a seguinte ordem do dia: (i) alteração da cláusula oitava do Contrato Social para fixar o prazo de 5 (cinco) anos de duração do mandato da administração da Sociedade, renovável por prazos iguais e sucessivos, (ii) composição e remuneração da administração da Sociedade, bem como composição e remuneração da administração interna da Sociedade, e consequente alteração das cláusulas sétima e oitava do Contrato Social, (iii) alteração da cláusula treze do Contrato Social para disciplinar a reunião de sócios, a admissão de novos sócios e a fixação de quórum qualificado para as futuras deliberações da Sociedade, e (iv) outras matérias de interesse da Sociedade; promovendo-se a consequente consolidação do Contrato Social, que deverá refletir as referidas modificações deliberadas e aprovadas. Os sócios que tiverem interesse em participar e votar na reunião de sócios deverão comparecer junto à sede da Sociedade com o respectivo documento de identidade e, se representado por procurador, procuração com poderes especiais. Duque de Caxias, 10 de abril de 2024
José de Bastos Martins ***César de Bastos Martins***

IBV Brasil Petróleo Limitada
CNPJ nº 07.766.332/0001-20 - NIRE 33.2.0763155-4
Edital de Convocação de Reunião de Sócios
Ficam convocados os sócios da **IBV Brasil Petróleo Limitada** ("Sociedade") para comparecerem à reunião de sócios a ser realizada, em primeira convocação, em 22 de abril de 2024, às 10:00 horas (horário de Brasília), de forma exclusivamente digital, conforme permitido pela Instrução Normativa do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração - DREI nº 81, de 10 de junho de 2020, por meio da plataforma Microsoft Teams ("Reunião"). Os detalhes para acesso à Reunião serão oportunamente disponibilizados aos sócios da Sociedade. A Reunião deliberará sobre **(i)** a homologação do aumento de capital da Sociedade, no valor de R$ 105.682.930,00 (cento e cinco milhões, seiscentos e oitenta e dois mil, novecentos e trinta reais), mediante a emissão de 105.682.930 (cento e cinco milhões, seiscentas e oitenta e dois mil, novecentas e trinta) novas quotas, no valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada, conforme deliberado em reunião de sócios da Sociedade realizada em 28 de fevereiro de 2024 ("Aumento de Capital"); e a **(ii)** a correspondente alteração do contrato social da Sociedade. Para participar e votar na Reunião, os representantes dos sócios deverão apresentar documentos que comprovem seus poderes para praticar tais atos em nome dos respectivos sócios de acordo com a lei brasileira, inclusive os documentos societários e procurações aplicáveis. Este edital é publicado e, nos termos da Cláusula Décima Primeira, Parágrafo Terceiro, do Contrato Social da Sociedade, enviado aos sócios da Sociedade por e-mail. Cópias de documentos e informações relacionadas à matéria a ser deliberada na Reunião encontram-se à disposição dos sócios na sede da Sociedade. Rio de Janeiro, 12 de abril de 2024. **Renata Lima** - Diretora Geral

JBC Brasil Participações Ltda.
CNPJ/MF 07.230.029/0001-09 - NIRE 33.2.0745720-1
Edital de Segunda Convocação de Reunião de Sócios. Diante da ausência de quórum para instalação da assembleia, em primeira convocação, que se realizaria no dia 1° de fevereiro de 2024, convocamos, em segunda convocação, os sócios da sociedade denominada JBC Brasil Participações Ltda. para se reunirem no dia 24 de abril de 2024, às 10:00h (dez horas), de modo **exclusivamente digital**, por meio da plataforma de videoconferência Microsoft Teams, através de link que será encaminhado por e-mail para todos os sócios, a fim de discutir e deliberar a seguinte ordem do dia: (i) exame das contas dos administradores e das demonstrações financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31.12.2019, 31.12.2020, 31.12.2021 e 31.12.2022; e (ii) alteração da cláusula treze do contrato social para disciplinar a reunião de sócios, promovendo-se a consequente consolidação do contrato social, que deverá refletir a referida modificação deliberada e aprovada. Os balanços patrimonial e de resultado econômico relativos aos aludidos exercícios sociais já estão à disposição dos sócios na sede da sociedade, bem como estão sendo disponibilizados por meio digital, através de *link* indicado em e-mail enviado a todos os sócios na presente data. Os representantes legais ou procuradores dos sócios, quando for o caso, deverão apresentar documentação hábil comprovando sua situação.
Duque de Caxias, 10 de abril de 2024.
José de Bastos Martins ***César de Bastos Martins***

REAL ENGENHARIA INVESTIMENTOS S.A. - *Companhia fechada*
CNPJ/MF nº 35.948.363/0001-38 - NIRE 33.3.0026983-5
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA - EDITAL DE CONVOCAÇÃO: Ficam os senhores acionistas da **REAL ENGENHARIA INVESTIMENTOS S.A.** ("Companhia") convocados para participarem da Assembleia Geral Ordinária da Companhia ("Assembleia"), que ocorrerá no dia 25 de abril de 2024, às 15 horas, **sob formato exclusivamente digital**, a fim de apreciar e deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **1.** Tomar as contas da Diretoria, bem como as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; **2.** A proposta de destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; **3.** A fixação do número de membros para compor a Diretoria da Companhia; **4.** A eleição dos Diretores da Companhia; e **5.** A remuneração anual global dos Diretores. **Documentos da Assembleia:** os documentos a que se refere o art. 133 da Lei nº 6.404/76 ("Lei das S.A.") foram publicados no jornal Diário do Acionista. Os acionistas que desejarem o envio dos documentos por meio digital, devem solicitá-los à Companhia por meio do e-mail investimentos@realengenharia.com.br. **Participação na Assembleia:** os acionistas participarão da Assembleia nos termos do art. 126 da Lei das S.A. A Assembleia será realizada por videoconferência, em plataforma digital específica, nos termos do Manual de Registro de Sociedade Anônima, Anexo V da Instrução Normativa DREI nº 81/20 ("IN DREI 81"). As instruções detalhadas para a participação virtual devem ser solicitadas pelos acionistas interessados à Companhia com, pelo menos, 24 horas de antecedência, por meio do e-mail investimentos@realengenharia.com.br. **Votação:** para a votação na Assembleia, os acionistas poderão optar por manifestar seu voto (i) por participação remota durante a videoconferência; ou (ii) via boletim de voto a distância enviado à Companhia, com no mínimo 5 dias de antecedência da Assembleia. Em qualquer hipótese, o acionista deverá comunicar a sua escolha e solicitar as instruções detalhadas para sua participação à Companhia por meio do e-mail investimentos@realengenharia.com.br. Rio de Janeiro, 9 de abril de 2024. **Mario de Andrade Ramos Neto** - Diretor

Renato Moysés LEILÕES
Renato Schlobach Moysés
Leiloeiro Oficial
JUCESP 654

LEILÃO EXTRAJUDICIAL DE IMÓVEL

EDITAL EM RESUMO PARA PUBLICAÇÃO
Vendedor: CHB Companhia Hipotecária Brasileira - em liquidação extrajudicial.
EDITAL DE LEILÃO PARTICULAR, para publicidade e ciência de que foi designada a venda do(s) bem(ns) descrito(s) abaixo, de acordo com as regras expostas a seguir: A praça será realizada por MEIO ELETRÔNICO, através do Portal WWW.RMOYSES.COM.BR. O 1º pregão terá início em 22/04/2024, a partir das 14:00 horas, encerrando-se em 24/04/2024, às 14:00 horas. Caso os lances ofertados não atinjam o valor mínimo de venda do(s) imóvel(is) no 1º pregão, a praça seguir-se-á sem interrupção até às 14:00 horas do dia 15/05/2024 - 2º pregão. Os lances deverão ser ofertados pela rede Internet, através do Portal WWW.RMOYSES.COM.BR. A praça será conduzida pelo Leiloeiro Oficial Sr. Renato Schlobach Moysés, JUCESP nº 654. O(s) imóvel(is) será(ão) arrematado(s) sem quaisquer ônus, não havendo sucessão do arrematante nas obrigações do devedor. O arrematante deverá pagar, a título de comissão, o valor correspondente a 5% (Cinco por cento) do preço de arrematação do(s) imóvel(is), que não está incluso no valor do lance. Todas as regras e condições da Praça estão disponíveis, em inteiro teor, nos autos do processo e no Portal WWW.RMOYSES.COM.BR. A publicação deste edital supre eventual insucesso das notificações pessoais de eventuais interessados e será realizada através da rede mundial de computadores, conforme legislação. RELAÇÃO DO(S) IMÓVEL(IS): IMÓVEIS: LOTE 01 a 33 - São Paulo/SP - Vagas de garagem localizadas no Centro Empresarial Pinheiros, situadas à Rua Teodoro Sampaio, 1020, Jardim América São Paulo/SP. Situação Desocupado. Descritas individualmente em cada lote. As vagas correspondem aos n.º 01 a 22, 25 à 41, 46 à 58, 72, 76, 77, 114, 117 e 122. Matrículas nº 89328, 89329, 89330, 89331, 89332, 89333, 89334, 89335, 89336, 89337, 89338, 89339, 89340, 89341, 89342, 89343, 89344, 89345, 89346, 89347, 89348, 89349, 89352, 89353, 89354, 89355, 89356, 89357, 89358, 89359, 89360, 89361, 89362, 89363, 89364, 89365, 89366, 89367, 89368, 89373, 89374, 89375, 89376, 89377, 89378, 89379, 89380, 89381, 89382, 89383, 89384, 89.385, 89.399, 89403, 89404, 89.441, 89.444 e 89.449, respectivamente. Todas as matrículas do 13º CRI de São Paulo/SP. Avaliadas em 12/05/2023.LOTE 34 - Duque de Caxias/RJ - Matrículas 16.652, 16.653, 16.654, 16.655 do Registro Geral da Comarca de Duque de Caxias/RJ. Lotes 1-D2, 1-D3, 1-D4, 1-D5, situado à Rua Leandro, Fazenda Mato Grosso, Município de Duque de Caxias/RJ, área total 29.648,30m². Situação Desocupado. Valor da avaliação de R$ 7.214.000,00 em 11/05/2023. LOTE 35 - Mairinque/SP - Matrícula 6.490 do Registro de Imóveis da Comarca de Mairinque/SP. Lote de terreno sob o nº 18 da Quadra E, do Loteamento Portal dos Pássaros, destinado ao uso residencial, com 200m². Situação desocupado. Valor da avaliação de R$ 102.000,00 em 07/08/2023.
Leiloeiro Renato Schlobach Moysés - JUCESP 654
Mais informações no site www.rmoyses.com.br
e-mail: imoveis@rmoyses.com.br

CEL PARTICIPAÇÕES S/A - CELPAR
CNPJ Nº 02.201.787/0001-85
Assembleia Geral Ordinária - Convocação - Ficam convocados os Senhores Acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, no dia 30 de abril de 2024, em sua sede social, à Rua Maria Angélica, 310 - parte - Jardim Botânico - Rio de Janeiro - RJ às 15:00 horas, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: a) Aprovação das Demonstrações Contábeis do Exercício Social encerrado em 31/12/2023; b) Deliberação sobre o Resultado do Exercício; e c) Assuntos gerais. Rio de Janeiro, 03 de abril de 2024. A Administração.

Santa Cruz 1439 Point Comércio de Alimentos Ltda.
CNPJ nº 37.882.857/0001-92
Edital de Convocação
Ficam os senhores sócios da **Santa Cruz 1439 Point Comércio de Alimentos Ltda.** ("Sociedade") convocados, nos termos do §1º da Cláusula 6ª do Contrato Social da Sociedade e do Artigo 1.072 do Código Civil, para se reunirem em Reunião de sócios a ser realizada no dia **22.04.2024**, às **10:00hrs**, em primeira convocação, e às **10:30hrs** em segunda convocação, de forma virtual, por vídeo conferência, por meio do procedimento de voto a distância para deliberar sobre (i) rerratificação da Cláusula Quinta do Contrato Social; (ii) encerramento das atividades econômicas da sociedade (iii) consolidação do contrato social da Sociedade, em atenção a ordem do dia. Os sócios poderão acessar a reunião pelo link https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_MWEwNWIwNWUtYjhhNS00MGUyLTk1OTYtNjA0MTQwYjAxNWI4%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%22075cf011-ca0f-49ec-a745-2e27f409a5e6%22%2c%22Oid%22%3a%22c364cd3a-c1b7-47dc-a5ad-d5bbbcf1d3d3%22%7d
Orientações Gerais: Os documentos pertinentes às matérias da ordem do dia estão disponíveis para consulta, com antecedência legalmente exigida por meio de solicitação dos sócios no e-mail societario@habibs.com.br 2. A pessoa presente na reunião deverá comprovar sua qualidade de sócio, bem como os documentos comprobatórios dos respectivos poderes de representação. 3. O Mandato para representação na reunião deverá ser encaminhado no e-mail societario@habibs.com.br, no mínimo com 2(dois) dias úteis de antecedência à realização da Reunião. Rio de Janeiro, 12 de abril de 2024. (12, 15 e 16/04/2024)

Chefspay Prestação e Intermediação de Serviços de Internet S.A.
CNPJ nº. 15.423.095/0001-23 - NIRE 33.3.00315349
Edital de Convocação
O Presidente do Conselho de Administração da ChefsPay convoca os Acionistas da Companhia para uma **AGE**, a realizar-se em 1ª convocação no dia 26/04/2024, às 14h, por meio da ferramenta de reunião virtual via *Zoom (link: kttps://us02web.zoom.us/j/82776178893)*, e, se não instalada pela falta de quórum, a realizar-se em 2ª convocação no dia 02/05/2024, também às 14h e também por meio da ferramenta de reunião virtual *Zoom (link: kttps://us02web.zoom.us/j/82776178893)*, realizadas de forma totalmente digital, conforme autorizado pelos arts. 121, §único e 124, §2º-A da LSA, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **1.** Tendo em vista a Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 05/04/2024, que decidiu sobre a destituição do Diretor-Presidente Fabrizio Batista Serra e a eleição do novo Diretor-Presidente, o Sr. Heitor Cassiano Neto, **Deliberar** sobre a ratificação da eleição do novo Diretor-Presidente e a remuneração no montante mensal de R$ 12.000,00, a título de pró labore. 2. Tendo em vista que desde o dia 19/03/2024, alguns acionistas da Companhia, em conjunto com o Presidente do Conselho de Administração da mesma, tiveram acesso a informações que geraram dúvidas e suspeitas sobre uma potencial má administração da Companhia: 2.1. **Deliberar** a contratação da advogada Thaís Freire de Vasconcellos, inscrita na OAB/RJ nº 225.485, para auxiliar nas medidas extrajudiciais a serem adotadas em decorrência das informações que geraram dúvidas e suspeitas sobre a administração da Companhia; 2.2. **Deliberar** a celebração de um contrato de mútuo entre a Companhia e seus acionistas para a realização de um empréstimo de dinheiro, a fim de que a Chefspay possa arcar com os custos dos honorários advocatícios decorrentes da contratação mencionada no item 2.1. acima, uma vez que, segundo informações obtidas pelo Presidente do Conselho de Administração da Companhia, as contas bancárias da mesma estão zeradas. 3. **Deliberar** a destituição de todos os membros do Conselho de Administração da Companhia e sua extinção, uma vez que a administração da companhia pode ser realizada somente pela diretoria, nos termos do art. 138, *caput*, da Lei 6.404/76. 4. **Deliberar** a exclusão da cláusula de arbitragem do Estatuto Social da ChefsPay para que todas as controvérsias oriundas da interpretação ou cumprimento do Estatuto Social possam ser resolvidas judicialmente, no foro da comarca do Rio de Janeiro/RJ. 5. Na hipótese de aprovação dos itens 3 e 4 desta ordem do dia, **Deliberar** a consolidação do Estatuto Social da Companhia. 6. Nos termos das Cláusulas 7.1 e 71.1 do Terceiro Aditivo ao Acordo de Acionistas da ChefsPay, celebrado em 21/03/2018 ("Acordo de Acionistas") e, em razão das notificações enviadas (i) pelo Nascenti Fundo de Investimento Em Participações Capital Semente Inovação no dia 04/04/2024; e (ii) pelo acionista Sr. Geraldo da Silva Camargo no dia 08/04/2024, para a Companhia, bem como aos seus acionistas, para o exercício da *Put Option* prevista nas referidas cláusulas do Acordo de Acionistas, **Deliberar** a aprovação do resgate de 100% das ações de titularidade dos referidos acionistas pelo valor total de R$ 0,01 cada. 6.1. Caso o item 1 acima seja aprovado, **Deliberar** a transferência das ações para a Tesouraria da Companhia. *Todos os trâmites necessários para concretizar a referida transferência das ações para a Tesouraria da Companhia devem ser realizados no prazo de até 7 dias corridos, contados desta assembleia, o que inclui, mas não se limita, ao registro e assinatura do termo de transferência no competente livro de transferência de ações.* 7. Conforme solicitado pelo acionista Ronney Campos Galiazzi Pastro, **Deliberar** a aprovação da recompra de 100% das ações de titularidade do referido acionista pelo valor total de R$ 0,01 (um centavo) cada. 8. Outras deliberações que se fizerem necessárias. OBS.: Os votos proferidos na AGE deverão ser (1) proferidos durante a assembleia, (2) constar da ata resultante, (3) posteriormente confirmados em documento por escrito, entregue ao Presidente da assembleia, e (4) juntados ao respectivo Livro de Atas. Ainda, destaca-se que a participação do acionista poderá ser pessoal ou por procurador devidamente constituído (observado o disposto no Art. 126 da Lei nº. 6.404/76). Rio de Janeiro/RJ, 11/04/2024. **Carlos Eduardo Guillaume Silva** - Presidente do Conselho de Administração.

OUTONO: Sol com poucas nuvens. Pancadas de chuva à tarde e à noite. Manhã Tarde Noite 28º 20º 45% 06:20 17:55

Cardeal Tempesta

Orani João Tempesta, O.Cist
Arcebispo do Rio de Janeiro

3º Domingo da Páscoa

"A Paz esteja convosco" (Lc 24, 36)

Celebramos nesse domingo o terceiro desse tempo pascal, e estamos ainda envoltos de alegria pela notícia da ressurreição do Senhor Jesus. Ainda celebraremos o tempo pascal até o Domingo de Pentecostes e, ao longo desses dias, acompanharemos Jesus aparecendo ressuscitado aos apóstolos até subir em definitivo para o Pai.

Nestes dias – desde a última quarta-feira – dia 10 de abril – o Episcopado Brasileiro está reunido em sua 61ª Assembleia Geral Ordinária da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) para rezarmos juntos, vivenciarmos a colegialidade episcopal e apontar caminhos e rumos para a ação evangelizadora da Igreja no Brasil. Peço-lhe, de coração, que nos acompanhe com a sua oração em favor dos bispos no Brasil e pelas necessidades de nossas dioceses e de toda a Igreja no mundo, particularmente, pela escuta da Palavra de Deus, pela acolhida do diferente, e pela vivência da amizade social.

No Evangelho deste terceiro Domingo da Páscoa acompanharemos Jesus ressuscitado caminhando com os discípulos de Emaús, uma passagem bem conhecida por todos nós. Os discípulos estavam tristes e desanimados e só vão reconhecer Jesus quando Ele parte o pão. Isso nos remete aos dias de hoje, quando vamos à missa participamos de duas grandes mesas: Palavra e Eucaristia. A Palavra deve penetrar em nosso coração, e a partir da Palavra que ouvimos, os nossos olhos se abrem para comungar do Corpo e Sangue de Cristo.

Jesus também caminha conosco, do mesmo modo que caminhou com os discípulos de Emaús. Ele nos anima quando a nossa caminhada para difícil e nos encoraja a anunciar o Reino de Deus. Somos discípulos e missionários do Senhor, e um discípulo do Senhor deve trazer consigo a alegria e contagiar os outros.

Conforme vai passando o tempo pascal, além de acompanharmos o início da Igreja primitiva, veremos Jesus ressuscitado aparecendo na comunidade dos discípulos, desejando a paz e a alegria, e ensina a eles que é necessário que volte para o Pai e que continuará no meio deles através do Espírito Santo. Nos dias de hoje, Jesus continua no meio de nós ressuscitado que encontramos nos vários sinais de sua presença.

A primeira leitura da missa desse domingo é do livro dos Atos dos Apóstolos *(At 3,13-15.17-19)*, durante o tempo pascal a primeira leitura será sempre do livro dos Atos dos Apóstolos, pois retrata o início da Igreja primitiva. Pedro que era o líder do grupo dos apóstolos no início da Igreja primitiva, primeiro Papa da Igreja, ele discursa a toda comunidade que estava ali presente, que era formada, sobretudo, por judeus. Pedro conta tudo o que aconteceu com Jesus, e que eles próprios o entregaram à morte. Apesar disso, o Deus de Abraão, de Isaac e de Jacó o ressuscitou dos mortos libertando-o das angústias da morte. Pedro exorta para que todos se convertam e se arrependam de seus pecados para que sejam salvos. Através da Cruz de Cristo obtemos o perdão de nossos pecados.

O Salmo responsorial é o 4, que diz em seu refrão: "*Sobre nós fazei brilhar o esplendor de vossa face, ó Deus do universo*". Estamos no tempo pascal, um tempo de graças e de alegria espiritual. Jesus aparece ressuscitado aos apóstolos antes de voltar em definitivo ao Pai. Ele deixa o Espírito Santo como prova de sua presença no meio da comunidade. O esplendor da face de Deus se dá por meio da ação do Espírito Santo e todas as vezes que contemplamos Jesus na Eucaristia e somos perdoados dos pecados. Em nossos momentos de oração peçamos que a face de Deus brilhe sobre nós.

A segunda leitura é da primeira carta de São João *(1Jo 2,1-5)*, são três as cartas de João, em todas elas João insiste sobre o tema do amor, pois a comunidade tinha alguns problemas, sobretudo, no que se referia o amor ao próximo. João fala bastante sobre perdão de Deus por cada um de nós, ou seja, se Ele nos perdoa infinitamente devemos perdoar também o próximo. João exorta a comunidade a viver o amor que foi ensinado por Jesus enquanto Ele esteve entre nós.

João exorta a comunidade daquela época sobre viver o amor entre si, e isso serve para nós hoje também. Temos que aprender a rezar a Oração do Pai Nosso, não apenas repetir palavras, mas rezar com o coração e trazer as palavras que rezamos para a nossa vida.

O Evangelho desse domingo é de Lucas *(Lc 24,35-48)*, essa passagem retrata quando os discípulos de Emaús vão contar aos demais discípulos a experiência que tiveram com Jesus e como O reconheceram ao partir o pão. Eles ainda estavam falando quando o próprio Jesus se põe no meio deles e diz: "*A Paz esteja convosco*". Esse desejo de paz é a marca do ressuscitado, todas as vezes que Ele aparece deseja a paz. E tem um significado muito bonito, quer dizer em primeiro lugar que devemos acolher aquela paz, em segundo lugar devemos estar em Paz com Deus, conosco mesmos e com os demais irmãos de comunidade.

Os discípulos ficam assustados e com medo e Jesus diz para eles não ficarem preocupados e nem terem dúvidas no coração, pois era Ele mesmo. Ele mostra as mãos e o lado e pergunta se eles teriam algo para comer. Deram-Lhe um pedaço de pão e um peixe assado, Ele comeu diante deles, e depois disse a eles, acalmando os seus corações, que tudo aquilo que estava acontecido Ele já havia dito enquanto esteve presente fisicamente com eles. Antes de voltar ao Pai em definitivo, ele enviará o Espírito Santo, o Paráclito, o defensor, que os conduzirá até os confins da terra para que anunciem o Reino de Deus.

Celebremos com alegria este terceiro Domingo da Páscoa e peçamos a Deus a graça de que Jesus sempre possa caminhar conosco, e que Ele nos envia até os confins da terra para anunciar a Palavra de Salvação. Vivamos esse tempo de alegria espiritual confiantes no amor imenso de Deus por cada um de nós.

REURBANIZAÇÃO

SP inaugura Parque Princesa Isabel onde era Cracolândia

GONÇALO JUNIOR/AE

Quase dois anos após ter uma megaoperação policial que dispersou usuários de drogas e traficantes da Cracolândia, a Praça Princesa Isabel se tornou oficialmente um parque. O prefeito Ricardo Nunes (MDB) fez a inauguração oficial do local ontem, nos Campos Elísios, no centro paulistano.

A área de 16,6 mil m² recebeu investimentos de R$ 1,9 milhão para reforma dos canteiros, calçadas e passeios e instalação de uma quadra poliesportiva, entre outras modificações. Foram instalados 30 bancos de concreto aparente, equipamentos de ginástica e academia para idosos, além de brinquedos de madeira no playground. O espaço também foi totalmente cercado.

Essa nova configuração deve ser provisória. Nunes assinou em março um projeto de lei para transferir a posse do parque e de todo o complexo que hoje abriga o Terminal Princesa Isabel à gestão estadual.

A área faz parte do projeto de transferência da sede do governo do Estado à região central. Estudos apontam que o parque vai fazer parte de extensa esplanada com 12 prédios da administração pública. As grades, portanto, devem desaparecer.

Dois anos atrás, a praça foi um alvo de grande operação policial para colocar fim à venda de drogas. Cerca de 650 homens, das polícias Civil e Militar, Guarda Civil Metropolitana e funcionários da Prefeitura, desencadearam uma ação para retirar as barracas, lonas e tendas que estariam sendo usadas pelos traficantes para disfarçar o comércio de drogas na chamada Cracolândia. Pessoas em situação de rua também ocupavam a praça.

Usuários e dependentes químicos se deslocaram à praça depois de ocuparem a região da Estação Julio Prestes, na Luz, por quase três décadas.

A operação esvaziou a Princesa Isabel, mas provocou o espalhamento do chamado "fluxo", concentração de usuários e traficantes, por vários pontos da região central. Levantamento feito pelo *Estadão* com base em mapeamento da Prefeitura mostrou que a aglomeração de usuários de drogas se fixou em ao menos 11 vias só no ano passado. Hoje, a principal concentração está na Rua Gusmões.

Nunes disse ontem que a Prefeitura ampliou os acolhimentos e os tratamentos aos dependentes químicos, antes do início das operações policiais e das obras de qualificação. O prefeito afirma que mais de 2,5 mil pessoas estão em tratamento contra a dependência química em ação com o governo estadual.

"Ampliamos os nossos acolhimentos, aumentamos o número de vagas e o investimento para poder dar tratamento as pessoas que desejam", afirmou.

O parque é facilmente identificado na região central pela presença do Monumento a Duque de Caxias. Trata-se de uma escultura de bronze platinado, com 48 metros de altura. Em sua base, feita de concreto, há ilustrações em alto relevo que contam a trajetória do duque. A obra, do artista Victor Brecheret, existe desde 1960 no local.

EPIDEMIA

Capital paulista registra 39 mortes por dengue de janeiro a abril

FLÁVIA ALBUQUERQUE/ABRASIL

A capital paulista já registra este ano 39 mortes por dengue, segundo dados da prefeitura. Os casos ultrapassam os 142 mil na cidade e 76 bairros estão em epidemia da doença. A partir de ontem as Unidades Básicas de Saúde (UBSs) ampliarão a vacinação contra a dengue para todas as crianças de 10 a 14 anos que residem ou estudam na capital, na rede pública ou particular. As vacinas serão aplicadas de segunda a sexta-feira, das 7h às 19h, e, aos sábados, nas AMAs/UBSs integradas, no mesmo horário.

Para ser vacinada, a criança precisa estar acompanhada de um responsável, portando documento de identidade, cartão de vacina e comprovante de residência ou escolar. A criança não pode ter sido diagnosticada com dengue nos últimos seis meses. As informações sobre a vacinação contra a dengue estão disponíveis na página De Olho na Carteirinha.

A capital recebeu um total de 177.679 doses do imunizante do Programa Nacional de Imunização (PNI), que foram distribuídas nessa terça-feira passada para os postos de saúde. "Agora contamos com os pais e responsáveis para que levem seus filhos às UBSs para receber a primeira dose da vacina", disse o secretário municipal da Saúde, Luiz Carlos Zamarco. Até o momento, a prefeitura já aplicou 2.084 doses da vacina em Unidades Básicas de Saúde (UBSs) nos distritos de Itaquera (zona leste) e Vila Jaguara (zona oeste).

Entre as ações para combater o mosquito transmissor estão o incremento de R$ 240 milhões no investimento nas ações de reforço, que incluem a ampliação do horário de funcionamento das AMAs, contratação de médicos para reforçar o atendimento nas unidades de saúde, aumento do número de agentes nas ruas de 2 mil para 12 mil, mais 30 caminhonetes para nebulização e a inclusão de 3.200 agentes do Programa Operação Trabalho (POT), além de mais de 6 mil Mães Guardiãs.

Segundo a prefeitura, neste ano foram realizadas mais de 4.351.707 de ações de combate ao Aedes aegypti na capital, com visitas casa a casa, vistorias a imóveis, ações de bloqueios de criadouros, nebulizações com drones aplicando o larvicida, entre outras.

A orientação para a população é ficar atento aos possíveis criadouros, eliminando-os quando possível ou informando à prefeitura pelo Whatsapp do 156 (11 937123805) com os dados do local de criadouro. "A prefeitura envia as equipes ao local em um prazo de 48 horas para fazer as ações necessárias. Para fiscalizar possíveis focos de dengue na cidade, os cidadãos podem fazer a solicitação por meio dos canais oficiais da prefeitura 156 ou diretamente no *site*", informou a administração municipal.

No estado de São Paulo foram registrados neste ano 245 óbitos causados pela dengue. Outras 509 mortes estão em investigação. Ao todo, mais de 497 mil casos da doença já foram confirmados no estado. Desses, 608 são considerados graves.

GENIAL/QUAES

Gestão Tarcísio é aprovada por 62% dos eleitores, mas 30% desaprovam

MARCELLO CASAL JR/ABRASIL

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos) (**foto**), tem sua gestão aprovada por 62% dos eleitores do estado. Enquanto isso, 29% desaprovam o trabalho realizado pelo chefe do Executivo paulista. São 9% os que não souberam ou não responderam. Os dados são da pesquisa Genial/Quaest, realizada entre os dias 4 e 7 de abril.

De acordo com o levantamento, os que avaliam a gestão Tarcísio como positiva representam 41% do eleitorado paulista. Por outro lado, são 35% os que a veem como regular e 16% os que apontam que é péssima. Os que não souberam ou não responderam são 8%.

O levantamento mostra que a área com maior avaliação positiva no Estado é a gestão de infraestrutura e mobilidade. São 49% os paulistas que consideram positiva a atuação do governo na área, enquanto 34% a veem com regular e 16% veem como negativa. Bons índices também foram registrados pela educação (42% positiva, 34% regular e 23% negativa) e geração de emprego e renda (39% positiva, 40% regular e 20% negativa). Transporte público, com 39% de avaliação positiva; e habitação, com 38%, vêm em seguida. Os piores índices são registrados na avaliação da segurança pública (33% positiva, 36% regular e 31% negativa) e saúde (32% positiva, 35% regular e 32% negativa).

Para 65% dos paulistas, São Paulo está em situação melhor do que a de outros Estados. Outros 23% acham que está pior. Além disso, 36% acham que a unidade federativa está melhorando, enquanto 38% acham que está igual e 23% acham que está piorando.

PREOCUPAÇÕES

Apesar dos dados positivos para o governo Tarcísio, a pesquisa Genial/Quaest mostrou preocupações com a situação econômica no Estado. Enquanto 26% acham que a economia de São Paulo melhorou, 30% acham que piorou. Outros 41% apontam que ficou igual. Ainda assim, os números são melhores do que a percepção dos paulistas sobre a economia brasileira, sobre a qual 23% acham que houve melhora, 32% acham que ficou igual e 42% apontam que piorou.

LULA

Entre os eleitores paulistas, a aprovação do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva alcança 50%. A desaprovação é de 48%, enquanto 2% não souberam ou não responderam. Já quando instados a avaliar o governo federal, 32% o avaliam como positivo, 29% acham que é regular e 37% apontam como negativo. Os que não souberam ou não responderam a essa questão são 2%.

Foram ouvidos 1.656 eleitores, por meio de entrevistas presenciais, em 84 municípios do Estado. A margem de erro do levantamento é de 2,4 pontos porcentuais para mais ou para menos O nível de confiança é de 95%. Também foram realizados levantamentos no Paraná, em Goiás e em Minas Gerais.

PRESOS

Lula sanciona, com veto, projeto que proíbe saidinha

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou, com veto, ontem, o projeto de lei (PL) que acaba com as saídas temporárias de presos em feriados e datas comemorativas. A informação foi confirmada pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública.

O presidente vetou apenas o trecho que impedia a saída temporária para presos que querem visitar suas famílias. A saidinha, como é conhecido o benefício, vale para detentos que já estão em regime semiaberto.

Lula manteve a parte do texto que proíbe a saída para condenados por crimes hediondos e violentos, como estupro, homicídio e tráfico de drogas.

Pela legislação, presos que estão no semiaberto, que já cumpriram um sexto do total da pena e que possuem bom comportamento podem deixar presídio por cinco dias para visitar a família em feriados, estudar fora ou participar de atividades de ressocialização.

Antes de ser sancionado pela presidência da República, o projeto foi aprovado pela Câmara dos Deputados e pelo Senado. A parte da lei que foi vetada será reavaliada pelo Congresso, que poderá derrubar o veto do presidente.

LEWANDOWSKI

De acordo com o ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, o número de presos em regime semiaberto é de cerca de 118 mil. "É um universo bastante restrito", pontuou. "Simplesmente nós estamos sugerindo o veto àquela proibição de visita às famílias, isso no dia Das Mães, Natal, Páscoa, nos dias santos, que a família, é um valor, que inclusive do ponto de vista cristão, é um valor cultivado", disse, em um aceno do governo ao eleitorado cristão.

Um trecho que foi vetado por arrastamento diz respeito ao dispositivo que impedia a saída dos presos do regime semiaberto para atividades que facilitem a sua integração no "convívio social". "Mas, certamente, o Congresso Nacional, que é composto por representantes da soberania popular, saberá corrigir eventualmente esta consequência do veto do presidente", comentou o ministro.

Apesar de ser considerado ponto central no PL, Lewandowski minimizou o veto e defendeu que o governo preservou as outras restrições estabelecidas pelo Congresso. "A preocupação do Congresso Nacional foi preservada integralmente no sentido de tornar mais rígida as saídas temporárias", disse.

GUERRILHA

Governo contesta no STF leis que facilitam porte de arma no RS e PR

JULIA CAMIM/AE

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e o advogado-geral da União, Jorge Messias, pediram ao Supremo Tribunal Federal (STF) que duas leis que facilitam o porte de armas de fogo sejam consideradas inconstitucionais. As normas do Rio Grande do Sul e do Paraná, segundo a Advocacia-Geral da União (AGU), "colocam em risco a sociedade, que estará exposta a mais armas".

A lei paranaense questionada concede o direito ao armamento a servidores do Instituto de Criminalística e do Instituto Médico Legal (IML), inclusive fora do serviço. Já a norma gaúcha confere o direito ao porte de armas a funcionários do Instituto Geral de Perícias. Os dois Estados informaram que ainda não foram notificados.

As duas petições protocoladas na quarta-feira passada, afirmam que cabe ao governo federal legislar sobre material bélico e que o Estatuto do Desarmamento prevê que a permissão para portar armas de fogo deve ser concedida pela Polícia Federal (PF) apenas para quem exerce atividades de risco ou tem a integridade física ameaçada.

O governo ainda lembra que o STF já declarou, em julgamentos recentes, que as leis estaduais que permitem a posse de armas por profissionais que não cumprem os requisitos previstos no estatuto são inconstitucionais.

As duas ações se somam a outros dez pedidos de inconstitucionalidade de leis estaduais e municipais protocolados em 2023. Naquele ano, além de mais uma lei paranaense, foram questionadas normas do Mato Grosso do Sul, de Sergipe, de Alagoas, três do Espírito Santo, Roraima e duas de Minas Gerais, sendo uma estadual e outra do município de Muriaé.

CÂMARA

Lira chama Padilha de 'desafeto pessoal' e 'incompetente' após derrota com Brazão

IANDER PORCELLA/AE

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), chamou o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, de "desafeto pessoal" e "incompetente", após uma polêmica sobre a prisão do deputado federal Chiquinho Brazão (sem partido-RJ), que foi mantida na quarta-feira passada, pelo plenário da Casa.

"É lamentável que integrantes do governo interessados na estabilidade da relação harmônica entre os Poderes fiquem plantando essas mentiras, essas notícias falsas que incomodam o Parlamento. E, depois, quando o Parlamento reage, acham ruim", disse Lira ontem, durante coletiva de imprensa em Londrina (PR).

O presidente da Câmara foi questionado sobre notícias de que ele teria se enfraquecido com a manutenção da prisão do deputado acusado de ser um dos mandantes do assassinato da vereadora Marielle Franco e do motorista Anderson Gomes, em 2018. Isso porque parte do Centrão, seu grupo político, tentou soltar o parlamentar, mas sem êxito.

"(A notícia) foi vazada do governo e, basicamente, do ministro Padilha, que é um desafeto além de pessoal, incompetente", declarou Lira. "Não existe partidarização, eu deixei bem claro que ontem a votação era de cunho individual, cada deputado é responsável pelo voto que deu. Não tem nada a ver, não teve um partido que fechasse questão, os partidos liberaram, na sua maioria (as bancadas para que votassem como quisessem)", emendou.

Lira rompeu relações com Padilha no início do ano após discordar de critérios para o repasse de emendas parlamentares do Ministério da Saúde, cuja titular, Nísia Trindade, é apadrinhada pelo ministro das Relações Institucionais. Desde então, o principal interlocutor do presidente da Câmara no Palácio do Planalto tem sido o ministro da Casa Civil, Rui Costa, apesar de Padilha ser o responsável pela articulação política do governo com o Congresso.

Em reação a Lira, Pacheco defende Alexandre Padilha e diz que o considera 'competente'

GABRIEL HIRABAHASI/AE

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), defendeu o ministro da Secretaria das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, alvo de um ataque do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), ontem.

No ataque mais direto a Padilha desde que a relação dos dois se esfacelou, Lira chamou o responsável pela articulação política do governo de "incompetente" e "desafeto", em entrevista coletiva após um evento em Londrina (PR).

Pacheco disse ser preciso "evitar esses problemas" e "buscar sempre as convergências".

"Ninguém é perfeito, mas ninguém também é tão mau assim. A gente tem que conviver com as divergências e eu espero que a relação do Parlamento com o Executivo, especialmente com essa peça-chave que é o ministro da Secretaria de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, possa ser a melhor possível", disse Pacheco.

O presidente do Senado reforçou ainda que mantém uma boa relação com o ministro e que o considera "competente".

"O que eu posso dizer é que eu me esforço muito para manter uma boa relação com o governo, com o próprio ministro Alexandre Padilha, por quem eu tenho afeição, eu tenho simpatia, e o considero também competente. Da parte do Senado, nós vamos buscar ter o melhor relacionamento possível com o governo e com o próprio ministro Padilha", afirmou.

Nota

ÔNIBUS DE TURISMO QUE IA DO RIO A PORTO SEGURO TOMBA E DEIXA 9 MORTOS

Ao menos nove pessoas morreram e outras ficaram feridas após um ônibus de viagem bater em um barranco e tombar na BR-101, nas proximidades da cidade Teixeira de Freitas, na Bahia, na madrugada de ontem. Entre as vítimas fatais, uma morreu no hospital. Ela estava entre as 23 pessoas feridas encaminhadas para atendimento na rede médica da região. De acordo com a Polícia Rodoviária Federal (PRF) do estado, o tombamento foi registrado na altura do km 885, por volta das 4h30. Segundo o Corpo de Bombeiros Militar da Bahia, os bombeiros do 18° Batalhão Bombeiro Militar (BBM) em Teixeira de Freitas já resgataram oito corpos de vítimas do acidente. Equipes do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu), da Polícia Militar (PM), do Departamento de Polícia Técnica do Estado da Bahia (DPT) e da Polícia Civil (PC) também compareceu ao local da ocorrência. As 23 vítimas feridas foram encaminhadas para atendimento no Hospital Municipal de Teixeira de Freitas, ainda segundo informou a PRF. Não há detalhes sobre o estado de saúde delas. No início da tarde desta quinta-feira, no entanto, o governo da Bahia informou que duas morreram no hospital, de acordo com informações passadas pelo DPT.

DISTRITO FEDERAL

Maior favela do Brasil deve receber Instituto Federal em um ano

LUIZ CLAUDIO FERREIRA/ABRASIL

"No ano que vem, eu quero estar aqui no Sol Nascente (DF) para fazer a aula inaugural do novo Instituto Federal de Brasília". Enquanto o presidente Luiz Inácio Lula da Silva discursava, ontem, ao lançar a pedra fundamental da nova unidade educacional, Leticia Souza, de 14 anos, tinha no colo a filha, de seis meses. A adolescente estava na ponta dos pés para enxergar o que as autoridades falavam e avaliava se poderia sonhar.

Os pés, aliás, que estão, segundo ela, já cansados e calejados de andar de sandálias diariamente por quase uma hora para ir à escola. "Nunca morei perto de onde estudo. Só tenho vontade mesmo de ir além da sétima série. Mas, já pensei em desistir".

Letícia disse que concordou com o presidente quando ele disse que ter uma profissão pode ser a diferença para o futuro. "Se você chega em qualquer lugar para pedir emprego, nos perguntam se temos profissão. Quando a gente tem uma profissão, o empregador pega o currículo da gente e voltamos para casa com esperança", disse o presidente.

Letícia, que nasceu no lugar que é considerado a maior favela do Brasil, distante 30 quilômetros da Praça dos Três Poderes, em Brasília, e com mais de 32 mil domicílios, afirma que o ônibus a R$ 3,50 para ir à escola pesa no orçamento. "Já pensei em ser policial ou estudar para ser alguém. Fiquei com esperança que esse instituto me ajude e um dia ajude a minha filhinha".

"EU TENHO SONHOS"

Quem ouvia atentamente as palavras do presidente era Joyce dos Santos, de 18 anos. A jovem sonha em fazer um curso técnico em audiovisual. Para chegar à escola, a concluinte do ensino médio acorda às 5h30 da manhã e sai de casa às 6h10. Precisa tomar dois ônibus diariamente.

"É cansativo, mas eu tenho sonhos. Tem gente que fala que eu estou sonhando muito alto. Mas, na escola, fiz um filme para a feira de ciências e descobri que estudar pode ser muito bom. Estou na expectativa de um dia estar aqui".

O "aqui", onde se deu o evento de inauguração, por enquanto, é apenas um terreno de 16,6 mil metros quadrados. O presidente Lula, durante o evento, cobrou que a licitação para a construção do novo instituto seja feito o mais rápido possível, a fim de garantir o direito de acesso a educação.

VAGAS

Segundo o governo federal, a futura nova unidade integra o plano de expansão dos institutos federais pelo Novo Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC). O investimento previsto é de R$ 2,5 bilhões para construção de 100 novos campi pelo Brasil, com a meta de gerar 140 mil novas vagas de educação profissional. No Sol Nascente, a estimativa é abertura inicialmente de 1,4 mil vagas para ensino técnico integradas ao Ensino Médio.

O Sol Nascente foi transformado em região administrativa no ano de 2019. Antes, pertencia a Ceilândia, a maior região administrativa do DF. Cada nova escola, segundo o governo, tem custo estimado de R$ 25 milhões, sendo R$ 15 milhões para infraestrutura e R$ 10 milhões para aquisição de equipamentos e mobiliário.

MIL INSTITUTOS

Com os novos 100 campi, a rede federal passará a contar com 782 unidades, sendo 702 campi de instituto federais. Lula disse que, embora não tenha chegado a uma faculdade, o ensino técnico mudou a vida dele. "Quero chegar a mil institutos", disse hoje. Também no evento, o ministro da Educação, Camilo Santana, ressaltou que uma preocupação do governo é a de reduzir a evasão escolar.

A reitora do Instituto Federal de Brasília, Veruska Ribeiro Machado, defendeu a necessidade de interiorização dos institutos. "Eu sou professora há 32 anos e todos os dias eu acompanho transformação de vidas. As pessoas transformadas mudam suas vidas".

RAMAGEM

CGU põe sob processo disciplinar agentes da PF cedidos à Abin

PEPITA ORTEGA/AE

A Controladoria-Geral da União abriu processos administrativos disciplinares para investigar dois agentes e um delegado da Polícia Federal 'por se ausentarem ao serviço por mais de 60 dias' quando estiveram cedidos à Agência Brasileira de Inteligência, sob a gestão do hoje deputado Alexandre Ramagem (**foto**) Dois deles estão suspensos por serem investigados no inquérito sobre a 'Abin paralela' montada no governo Jair Bolsonaro.

A CGU vai analisar as condutas de Marcelo Araújo Bormevet, Felipe Arlotta Freitas e Eliomar da Silva Pereira entre 2021 e 2022, em procedimento que tem previsão de durar 60 dias. O despacho de abertura das apurações administrativas foi publicado no Diário Oficial da União desta quinta-feira, dia 11 de abril de 2024.

Marcelo Araújo Bormevet, agente de PF desde 2005, e Felipe Arlotta Freitas, que ingressou na corporação em 2006, foram afastados de suas funções por ordem do ministro

TOMAZ SILVA/ABRASIL

Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, no bojo da investigação sobre o serviço clandestino de 'contrainteligência' instalado na Abin do governo Bolsonaro.

Bormevet trabalhou no núcleo que socorreu Bolsonaro na facada em Juiz de Fora (MG). Em 2020, o Estadão mostrou que, nas redes sociais, o agente fazia militância virtual e elogiava os filhos do então presidente nas redes sociais.

Já Eliomar da Silva Pereira, é delegado da PF desde 2003, tendo atuado na Abin entre 2021 e 2022. À época, ele ficou lotado no Centro de Pesquisa e Desenvolvimento para a Segurança das Comunicações.

OUTONO: Sol com nuvens durante o dia. Noite com pancadas de chuva. Manhã Tarde Noite 31º 20º 15% 06:05 17:42

ELEIÇÕES 2024

TRE-RJ convoca 4 milhões de eleitores para fazer biometria

O presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro (TRE-RJ), desembargador Henrique Carlos de Andrade Figueira, usou as emissoras de televisão abertas do estado, quarta-feira passada, para convocar os eleitores fluminenses a fazerem a biometria.

O objetivo da Justiça Eleitoral é ter 100% dos eleitores do estado cadastrados com a biometria, que envolve o reconhecimento da identidade por meio da leitura da impressão digital.

Segundo o TRE-RJ, mais de 4 milhões de eleitores, ou um terço do total, não têm seus dados biométricos cadastrados na Justiça Eleitoral. "A biometria faz parte do cuidado da Justiça Eleitoral com a segurança da eleição. A coleta das digitais aumenta a garantia do eleitor e de todos os atores envolvidos no processo eleitoral, além de evitar filas no dia da eleição", afirmou Figueira, no pronunciamento oficial.

Quem ainda não teve sua digital coletada deve procurar um dos 165 cartórios eleitorais do estado ou uma das 18 centrais de atendimento ao eleitor. Os postos funcionam de segunda a sexta-feira, das 11h às 17h.

Também é possível tirar dúvidas no Disque TRE-RJ, pelo telefone 3436-9000. O prazo para o cadastramento se encerra em 8 de maio. Para saber se já tem sua impressão digital cadastrada, o eleitor pode se informar no site do TRE.

Segundo o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), para os eleitores que estiverem tirando o título pela primeira vez, a impressão digital será obrigatoriamente coletada. Para os demais eleitores, a biometria ainda não será obrigatória na votação na próxima eleição, que ocorrerá em outubro deste ano.

O dia 8 de maio também marca o fim do prazo para qualquer alteração no cadastro eleitoral ou mudança de local de votação. Serviços que não envolvam a coleta de biometria podem ser feitos pelo site Título Net.

VIETNÃ

Empresária é condenada à morte por golpe de US$ 12 bi

A magnata do ramo imobiliário Truong My Lan, 67, foi condenada à morte no Vietnã pelo que é considerado o maior caso de fraude na história do país. A sentença anunciada ontem, evidencia a cruzada anticorrupção do Partido Comunista no poder.

A empresária foi presa em 2022, acusada de subornar funcionários públicos, violar regulações e desviar US$ 12 bilhões do Saigon Commercial Bank (SCB), que controlou ilegalmente ao longo de uma década. Os promotores, contudo, disseram nesta quinta que os danos causados pelo esquema somam US$ 27 bilhões (R$136 bilhões), valor que é equivalente a 6% do PIB do Vietnã no ano em que Lan foi detida.

Apesar de atenuantes como o fato de ser ré primária e ter prestado serviços comunitários, o tribunal justificou a pena de morte pela seriedade do caso. "(Suas ações) não só violam os direitos de gestão de propriedade de indivíduos e organizações, mas também empurram o SCB para um estado de controle especial; minando a confiança das pessoas na liderança do Partido e do Estado", disse a imprensa local, citando o julgamento.

Lan e sua família fundaram a Van Thinh Phat na década de 1990, quando o país passava por um processo de abertura econômica. A empresa cresceu e se tornou a maior do ramo imobiliário no Vietnã, com prédios residenciais de luxo, escritórios, hotéis e shoppings.

Com sua influência na economia local, ela orquestrou, segundo a denúncia, a fusão do SCB com dois outros credores, em coordenação com o Banco Central do Vietnã. Truong My Lan teria controlado indiretamente 90% do Saigon Commercial Bank e aprovado empréstimos para empresas fantasmas que depois voltariam para suas mãos, segundo registros do tribunal. Para encobrir o esquema, teria subornado funcionários públicos.

Além dela, 85 pessoas foram acusadas por crimes que vão de suborno e abuso de poder até apropriação indébita e violação das leis bancárias. O grupo inclui ex-presidentes do Banco Central, funcionários públicos e executivos do banco.

A empresária negou as acusações e culpou os subordinados. "Estou tão irritada por ter sido tão estúpida para me envolver neste ambiente empresarial muito feroz, o setor bancário, do qual tenho pouco conhecimento", disse.

Em sua declaração final ao tribunal na semana passada, ela sugeriu que cogitou o suicídio. "Em meu desespero, pensei na morte", declarou Lan, segundo a imprensa estatal.

O caso da empresária faz parte da ofensiva contra corrupção que se intensificou no país nos últimos anos e já derrubou dois presidentes. No mês passado, Vo Van Thuong renunciou depois de ser implicado na operação "Forno Ardente". Ele havia se tornado presidente um ano antes, quando Nguyen Xuan Phuc assumiu "responsabilidade de política" por escândalos de corrupção durante a pandemia e entregou o cargo, denunciado pelo próprio partido.

COVID-19

Crime organizado cresce no Rio após decisão do STF

Depois de uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que restringiu a atuação policial em favelas do Rio de Janeiro durante a pandemia de Covid-19, organizações criminosas - em especial o Comando Vermelho - expandiram o seu domínio sobre o estado.

A conclusão consta de relatório entregue na na quarta-feira passada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) ao ministro Edson Fachin, do STF, relator da ação de descumprimento de preceito fundamental 635, apelidada de ADPF das Favelas, em que foi tomada a decisão que restringiu a atuação policial no Rio. O plenário votou o tema em 2020, quando restringiu as operações policiais a "casos excepcionais".

O relatório foi elaborado por ordem de Fachin com base em dados da Polícia Civil e do Ministério Público. Desde a restrição de operações em favelas, diz o documento, houve uma intensificação da disputa pelo controle de áreas do Rio entre facções rivais. Há conflitos também entre narcotráfico e milícias, mas estes também têm se aliado para enfrentar rivais em comum.

"O que atualmente se observa no Rio de Janeiro é um efeito 'rouba-monte', dependendo da expansão de um grupo criminoso da tomada de territórios de outros grupos", atesta o relatório.

"Ficou evidente que o Comando Vermelho, a maior organização criminosa do Rio, está expandindo suas operações e buscando maximizar seus domínios territoriais", acrescenta o documento.

GRUPOS CRIMINOSOS

Ainda de acordo com o estudo, há atualmente no estado do Rio 1,7 mil localidades influenciadas por grupos criminosos, seja tráfico ou milícia, sobretudo, na região metropolitana da capital. O número tem como base informações de georreferenciamento da Subsecretaria de Inteligência da Polícia Civil. Nesses territórios, praticamente não há entrada de serviços públicos, afirma o documento.

Entre os pedidos ao Supremo, o documento sugere que o STF defina melhor em quais casos excepcionais podem ser deflagradas as operações, "o que tornará mais objetiva a atividade de controle externo da atividade policial".

Ao receber o relatório, em seu gabinete, o ministro Fachin garantiu que o tema deve voltar a ser discutido em plenário ainda no primeiro semestre deste ano.

PONTOS POSITIVOS

O documento destaca também aspectos positivos da decisão do Supremo. "O trabalho de campo revelou que a ADPF nº 635 representa verdadeiro divisor de águas no tema da letalidade policial, não apenas em razão das vidas que já fez poupar, mas, sobretudo, em razão da movimentação institucional que acarretou, abrangendo a formulação e o aprimoramento de protocolos de atuação, a criação de novas estruturas e o aumento de investimentos", afirma o documento.

Em 2020, um levantamento do Grupo de Estudos dos Novos Ilegalismos da Universidade Federal Fluminense (GENI/UFF) mostrou que suspensão das operações policiais nas favelas do estado do Rio de Janeiro em junho daquele ano reduziu em 72,5% o número de mortes e 50% o número de feridos em decorrência de ações ou tiroteios no período de um mês. Segundo estimativa dos pesquisadores, 30 vidas foram preservadas no período de 31 dias após a decisão do Supremo.

Desde que restringiu as operações policiais no Rio, o Supremo tomou diferentes decisões sobre o tema, incluindo a imposição de 11 medidas para aprimorar o trabalho das polícias no estado. Foi realizada também uma audiência pública sobre o assunto.

PERÍCIAS

Outro destaque do relatório do CNJ focaliza os "graves problemas estruturais" do serviço de perícias criminais no Rio. O déficit no corpo funcional de peritos e peritas é de quase 50%. Além disso, dos ativos, grande parte já atingiu os critérios para a aposentadoria, "cenário que pode fazer piorar o já tão grave problema", frisa o levantamento.

A situação contribui para a baixa elucidação de crimes.

BRIGA COM VENEZUELA

Guiana compra navio-patrulha de R$ 212 mi para enfrentar 'Maduro'

LUIZ HENRIQUE GOMES/AE

A Guiana comprou um navio-patrulha de R$ 212 milhões da empresa naval francesa Ocea para reforçar a sua proteção territorial em meio a disputa com a Venezuela pela região do Essequibo. A compra foi considerada "uma ameaça à paz" pela vice-presidente venezuelana, Delcy Rodriguez, em seu perfil no X.

O Ministério das Finanças assinou a carta de intenção para a compra da embarcação na quarta-feira passada. De acordo com o chefe das Forças de Defesa da Guiana, o brigadeiro Omar Khan, a decisão visa fortalecer a capacidade da Guarda Costeira na zona econômica exclusiva e proteger os "bens marítimos" e o território soberano da Guiana.

Após a notícia da compra, a vice-presidente venezuelana criticou a decisão nas redes sociais. "A falsa vítima Guiana comprou um navio de patrulha oceânica a uma empresa francesa. A Guiana, juntamente com os Estados Unidos, os parceiros ocidentais e o antigo senhor colonial (o Reino Unido), constituem uma ameaça à paz da nossa região. A Venezuela continuará a monitorar estas ações da Guiana e persistirá no caminho da legalidade internacional", declarou.

A compra acontece meses após as disputas em torno do Essequibo, área rica em petróleo e hoje pertencente à Guiana, voltarem à tona com um plebiscito da Venezuela que perguntou aos venezuelanos se reconheciam a região como parte do país. Depois de o resultado, o governo venezuelano criou a província do Essequibo e distribuiu um novo mapa do país nas escolas.

As ações de Nicolás Maduro levantaram as preocupações do governo da Guiana sobre a anexação da região. Após o plebiscito, o presidente Mohamed Irfaan Ali afirmou que iria fortalecer as defesas do país e buscou apoio da comunidade internacional. A Guiana tem um exército muito inferior ao da Venezuela, com um efetivo de 3,4 mil soldados contra 123 mil, segundo o Instituto Internacional de Estudos Estratégicos (IISS, de Londres).

O governo guianense também aprofundou uma cooperação com as forças armadas dos EUA, iniciada em 2022. Em dezembro do ano passado, semanas após o plebiscito venezuelano, os militares dos dois países realizaram um exercício militar aéreo no Essequibo pela primeira vez. No mês passado, o governo de Irfaan Ali anunciou a criação do Instituto de Defesa Nacional da Guiana, em parceria com o Centro William Perry para Estudos de Defesa Hemisférica, dos EUA.

"Trata-se de nos posicionar como um país, como uma universidade e como uma instituição de segurança regional de primeira linha", disse Irfaan Ali.

Irfaan Ali também não descartou autorizar a instalação de bases militares americanas na região, num sinal que irrita a Venezuela e a oposição guianense, que vê como interferência estrangeira dos EUA no país. No início deste mês, Maduro afirmou ter informações de que essas bases foram instaladas. Os EUA e a Guiana negam a alegação.

As tensões em torno do Essequibo pareciam ter diminuído após o encontro diplomático entre os líderes dos dois países ocorrido nas ilhas de São Vicente e Granadinas em dezembro, com mediação do Brasil e dos países caribenhos. No fim do encontro, os dois presidentes se comprometeram em procurar o diálogo para solucionar a questão.

Após o encontro, a Assembleia Nacional da Venezuela (AN) adiou a votação do projeto de anexação da região, que corresponde a dois terços da área da Guiana, e Maduro afirmou que iria manter o diálogo diplomático.

Entretanto, no início deste mês, Maduro promulgou a lei que criou a província venezuelana do Essequibo e os dois países voltaram a aumentar o tom. O ditador venezuelano acusa a Guiana de ser governada pela Exxon e pelos EUA e atender interesses estrangeiros - o que feriria um dos termos do acordo firmado em dezembro, de não haver interferência de terceiros. A Guiana, por sua vez, acusa a Venezuela de não respeitar a soberania territorial.

Internamente, os guianenses se unem em torno da defesa do Essequibo, mas se dividem sobre as relações do governo com a ExxonMobil e com os EUA. Muitos acusam a empresa de agir "acima da lei" no país e temem que um envolvimento com os americanos ameace a soberania nacional.

A Exxon foi responsável pela descoberta do petróleo na região do Essequibo em 2015. A exploração do combustível transformou o país, até então um dos mais pobres da América do Sul. Em 2022, o PIB cresceu 63%, o maior crescimento do mundo, e no ano passado o crescimento foi de 35%. Sem o petróleo, seria inferior a 8%.

A descoberta também reacendeu a disputa centenária da região, que fez parte da Venezuela durante o período colonial espanhol e durante os primeiros anos de sua independência, mas acabou tomada pelo Império Britânico em 1814 e passou a fazer parte da então Guiana Britânica.

Em 1899, um tribunal realizado em Paris deu ao Império Britânico a posse sobre a região. Anos depois, em 1966, antes da independência da Guiana, a Venezuela disse que a arbitragem do tribunal foi imparcial e voltou a reivindicar a área. A ONU reconheceu a imparcialidade do tribunal, mas disse que os dois países deveriam dialogar para chegar a um consenso, o que nunca aconteceu.

Sem solução, a questão foi parar na Corte Internacional de Justiça (CIJ) em 2017, por decisão do secretário-geral da ONU, António Guterres, que se valeu da prerrogativa estabelecida pelo próprio Acordo de Genebra no caso de as partes não chegarem a um entendimento. Em dezembro do ano passado, dias antes do plebiscito venezuelano, a CIJ determinou que "as duas partes devem se abster de quaisquer ações que possam agravar ou estender a disputa antes da decisão da Corte ou torná-la ainda mais difícil de ser resolvida".

GUERRA NO ORIENTE

Lufthansa interrompe voos para Teerã após EUA alertarem sobre ataque iminente a Israel pelo Irã

A Lufthansa suspendeu voos de e para Teerã devido ao aumento dos riscos de segurança no Oriente Médio, depois que autoridades dos Estados Unidos disseram que um ataque a ativos israelenses por parte do Irã ou de seus representantes poderia ser iminente. A companhia aérea alemã disse ontem, que decidiu suspender os voos de e para a capital iraniana até sábado, prorrogando efetivamente a suspensão de voos anunciada na semana passada e que deveria durar até 11 de abril.

A Austrian Airlines ainda voa para a capital iraniana, mas a empresa suspendeu as dormidas das suas tripulações até sábado como medida de precaução, disse uma porta-voz da principal transportadora austríaca, que acrescentou ser possível à companhia aérea operar o voo Viena-Teerã sem deixar suas aeronaves no Irã durante a noite, respeitando os horários de trabalho legalmente permitidos para suas tripulações.

A decisão da Lufthansa ocorre um dia depois de autoridades dos EUA terem dito que o Irã ou seus representantes na região poderiam realizar um ataque contra Israel em retaliação por um ataque a um edifício diplomático iraniano na capital síria, Damasco, na semana passada, que matou altos funcionários militares iranianos.

A Síria e o Irã acusaram Israel de realizar o ataque e Teerã ameaçou publicamente retaliar.

Nota

XI RECEBE EX-PRESIDENTE DE TAIWAN PARA DISCUTIR UNIFICAÇÃO

O presidente da China, Xi Jinping, encontrou com o ex-presidente de Taiwan Ma Ying-jeou em Pequim na quarta-feira passada, em uma tentativa de promover a unificação entre os dois lados, que estão separados desde uma guerra civil em 1949. "As pessoas nos dois lados do Estreito de Taiwan são todas chinesas. Não há disputa que não possa ser resolvida, não há problema que não possa ser discutido, e nenhuma força pode nos separar", Xi Jinping disse a Ma Ying-jeou.